



ISPA
INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

**A MULHER NA PSICANÁLISE: ESTUDO
EXPLORATÓRIO**

TERESA CORTEZ PEREIRA BENTO PIRES

Orientador de Dissertação:

PROF. DOUTOR EDUARDO SÁ

Coordenador de Seminário de Dissertação:

PROF. DOUTOR EDUARDO SÁ

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Psicologia Clínica

Dissertação de Mestrado realizada sob a orientação de Joaquim Eduardo Nunes Sá, apresentada no ISPA – Instituto Universitário para obtenção de grau de Mestre na especialidade de Psicologia Clínica.

Agradecimentos

Aos participantes e instituições que se prestaram a colaborar no estudo, pela disponibilidade.

Ao Professor Eduardo Sá, pela ideia, paciência, calma e sapiência.

Aos professores do ISPA que foram, para mim, figuras de referência e embelezaram os anos que passei nesta casa. Entre eles, professora Paula Ponce Leão, Joana Robalo, Patrícia Borges, Manuela Veríssimo, Miguel Tecedeiro, Ângela Vila-Real.

À UIPCDE e seus membros, que me acolheram e me ensinaram muito sobre investigação.

Aos colegas com que trabalhei ao longo dos anos no ISPA, por termos passado o melhor e o pior juntos.

Aos amigos do ISPA que guardo comigo. À Tatiana, que é, agora e sempre, a Madrinha. À Mariana, por ter sido mais marcante para mim do que alguma vez sonhou. À Tânia, pela força que tantas vezes me empresta sem se dar conta. Ao Fernando, por ser uma das pessoas mais bonitas que conheço. À Vera, pelos momentos de encontro e desencontro. Ao David, por ver a vida como um jogo.

À Catarina, pela presença e apoio constantes. Ao Miguel, por trazer sempre uma luzinha consigo. À Liliana, por conhecer-me melhor do que me conheço a mim mesma. À Filipa, por fazer todos acreditarem que nada é impossível. Ao Nuno, pela amizade e pelas noitadas no IST. À Lene, por ser a voz que me acompanha. À Célia, pelo mundo.

À minha família, pelos ensinamentos e exemplos práticos que me deram desde sempre.

À Ica, claro.

Resumo

Algumas teorias convencionais da Psicanálise acerca da mulher têm sido criticadas por serem determinadas por ideologias patriarcais e inadequadas à realidade psíquica das mulheres, recebendo também pouco apoio empírico tanto da Psicologia como de outras áreas. Tendo como base estas teorias psicanalíticas, procurava explorar-se o quanto psicólogos e estudantes de Psicologia concordavam com as mesmas e se tal se encontrava relacionado com aspetos da sua representação pessoal das mulheres. Foi aplicado um questionário com dois instrumentos desenvolvidos para este estudo (a Escala de Concordância com as Teorias Psicanalíticas acerca da Mulher e o Teste Semiprojetivo da Representação da Mulher) a uma amostra de conveniência de 101 Psicólogos e estudantes de 4º ou 5º ano de Psicologia (85 mulheres; média de idades de 27,2 anos). Existiu uma grande variabilidade entre sujeitos no acordo com as teorias psicanalíticas. Este surgiu mais ligado a variáveis pessoais (i.e., maior acordo em homens e sujeitos mais jovens) do que profissionais (i.e., modelo teórico, área). Um maior acordo relacionou-se com diversos aspetos da representação das mulheres: a uma representação menos vaga e mais precisa da mulher; a um maior foco no próprio como referência para a apreensão da mulher; a mais respostas narcísicas; a mais conteúdos morais e de aparência/sexualizados. Encontraram-se diferenças de sexo, idade, modelo teórico e área na representação pessoal da mulher. Estes resultados questionam o valor objetivo e universalizável das teorias psicanalíticas acerca da mulher, já que estas parecem estar consideravelmente relacionadas com um envolvimento pessoal, o que tem implicações na prática clínica.

Palavras-chave: Psicanálise; Mulher; Teorias Psicanalíticas; Feminino; Género.

Abstract

A number of the conventional psychoanalytical theories about women have been criticized for being determined by patriarchal ideologies and inadequate to the psychic reality of women. They have also received limited empirical support from Psychology and other areas. Based on these psychoanalytical theories, we aimed to explore the extent in which psychologists and Psychology students agreed with them and if that agreement was related to aspects of their personal representation of women. A questionnaire containing two instruments developed for this study (ECTPM scale and TRIC semi-projective test) was administered to a convenience sample of 101 psychologists and 4th and 5th year Psychology students. It was found a considerable variability between subjects concerning the agreement with psychoanalytical theories. This agreement was more related to personal variables (i.e., it was higher in men and in younger subjects) than to professional variables (i.e., model, area). A higher agreement was related with several aspects of the representation of women: a less vague and more precise representation of women; a higher self-focus as reference for the perception of women; a higher amount of narcissistic answers; a higher amount of moral and appearance/sexual contents. There were differences in the representation according to gender, age, model and area of Psychology. These results question the objective and universalized value of these theories about women, since they seem to be considerably related to a personal involvement, which has practical implications.

Palavras-chave: Psychoanalysis; Woman; Psychoanalytic Theories; Femininity; Gender.

Índice

Introdução.....	1
Revisão de Literatura	2
Géneros e Sexos –Diferenciação e Coexistência	2
A Mulher na Sociedade - História das Mulheres no Ocidente e Actualidade em Portugal....	5
Construção das Representações da Mulher - Conteúdos e Teorias Psicológicas.....	8
A Mulher na Psicanálise	14
A mulher nos autores freudianos.	15
Teorias posteriores – da feminilidade primária à identificação materna.	18
Para além do desenvolvimento psicosexual.....	22
Objetivos do Estudo.....	23
Método.....	24
Delineamento	24
Amostra.....	24
Instrumentos.....	25
TRIC	25
ECTPM.	28
Procedimento.....	29
Elaboração dos instrumentos.....	29
Distribuição, aplicação e recolha dos questionários	31
Tratamento de dados.....	31
Resultados.....	33
TRIC	33
Diferenças de acordo com dados sociodemográficos.	34
ECTPM	38
Diferenças de acordo com dados sociodemográficos.	38
Entre instrumentos.....	40
Interação entre variáveis.	43

Discussão	46
A Representação da Mulher	46
Acordo com as Teorias Psicanalíticas	52
A Representação da Mulher e as Teorias Psicanalíticas	55
Implicações na Teoria e Prática Clínica	57
Limitações do Estudo e Valor Epistemológico	59
Conclusões e Recomendações.....	61
Referências	63

Lista de Figuras

<i>Figura 1.</i> Eixos de análise da TRIC.....	28
<i>Figura 2.</i> Percentagem média das respostas em cada categoria do Eixo 1 (Foco), no total e por dimensão da TRIC.....	33
<i>Figura 3.</i> Média amostral nos conteúdos da TRIC.....	34
<i>Figura 4.</i> Percentagem média das respostas de homens e mulheres em cada categoria do Eixo 1 (Foco), no total e por dimensão da TRIC.	35
<i>Figura 5.</i> Médias na TRIC, em toda a amostra e por sexo.....	35
<i>Figura 6.</i> Médias nos <i>Conteúdos</i> da TRIC (Eixo 4), por sexo.	36
<i>Figura 7.</i> Médias na Instrumentalidade e Racio de Tradicionalidade totais por faixa etária...	37
<i>Figura 8.</i> Média amostral nas dimensões da ECTPM.	38
<i>Figura 9.</i> Média por sexos nas dimensões da ECTPM.	39
<i>Figura 10.</i> Correlações significativas entre as pontuações totais na ECTPM e Categorias da TRIC.....	41
<i>Figura 11.</i> Correlações significativas entre dimensões da ECTPM <i>Freudianos</i> e <i>Extremos Freudianos</i> e Categorias da TRIC.	42
<i>Figura 12.</i> Correlações significativas entre dimensões da ECTPM <i>Feminilidade Primária</i> e <i>Identificação Materna</i> (e pontuação conjunta das duas) e Categorias da TRIC.	42
<i>Figura 13.</i> Correlações significativas entre dimensões da ECTPM <i>Psicopatologia</i> e <i>Outros</i> (e pontuação conjunta das duas) e Categorias da TRIC.....	43
<i>Figura 14.</i> Interações entre variáveis pessoais e categorias da TRIC.....	44
<i>Figura 15.</i> Interações entre variáveis profissionais e categorias da TRIC.....	45

Introdução

O presente trabalho visava explorar o modo como os Psicólogos e estudantes de Psicologia representam a mulher, bem como a sua identificação com alguns dos postulados Psicanalíticos mais convencionais acerca da mesma.

A relevância deste trabalho pode ser dividida em contributos práticos, teóricos e epistemológicos. Em termos epistemológicos, fornece uma hipótese metodológica de *testagem* de aspetos das teorias psicanalíticas. Se, por um lado, o corpo teórico da Psicanálise se constitui com base em dados clínicos por vezes demasiado complexos e profundos para se prestarem ao alcance de uma investigação empírica, por outro é essencial que os dados daí retirados sejam pensados a outro nível e contrastados ou sintetizados/apoiados com aqueles de outras disciplinas e obtidos por outros meios. Como tal, é de suma importância que se elaborem métodos que permitam este *cruzamento* de dados e teorias, tendo em vista um enriquecimento teórico essencial para os avanços em qualquer modelo científico. O método aqui seguido apresenta, obviamente, limitações, mas oferece-se enquanto uma hipótese a ser discutida e melhorada.

No que diz respeito aos contributos teóricos, e aqui centramo-nos exclusivamente nas Teorias Psicanalíticas acerca da mulher tratadas neste estudo, permitiu aferir o seu grau de adequação àquilo que sujeitos *especialistas* consideram ser a mulher, bem como que fatores de ordem pessoal e social determinam a partilha ou rejeição das mesmas. Por fim, em termos de prática clínica, dá-nos uma ideia do quanto poderemos esperar que algumas ideias e teorias acerca da mulher, que quando cruzadas com outros dados parecem apresentar limitações assinaláveis, sejam tomadas como certas e aplicadas indiscriminadamente no contexto clínico.

Ao tratar a forma como os Psicólogos e estudantes de Psicologia representam, sentem e teorizam a Mulher, devemos ter em conta que estas representações não surgem do vazio, mas são antes construídas a partir de um vasto leque de fatores. Torna-se, assim, necessário enquadrar a própria Mulher em várias vertentes, tanto biológica como social e histórica, antes de nos focarmos no modo como tem sido abordada pelas teorias Psicanalíticas.

Revisão de Literatura

Gêneros e Sexos –Diferenciação e Coexistência

A existência de machos e fêmeas decorre do facto de, na nossa espécie, a reprodução ser do tipo sexual, ou seja, a formação de um novo ser ocorre a partir da união de dois gametas distintos (Breedlove, Rosenzweig & Watson, 2007). Assim, para que se reproduza, é necessário que cada indivíduo se torne macho ou fêmea. Tal implica uma diferenciação sexual em termos corporais, a qual tem início antes do nascimento.

Regra geral, existe uma tendência para categorizar o sexo dos indivíduos de um modo binário, separando-os em Homens e Mulheres de acordo com a forma dos genitais externos, ou seja, tendo como base unicamente parte do seu sexo fenotípico (Breedlove, Rosenzweig & Watson, 2007). Porém, embora esta definição seja útil e, de grosso modo, acertada em muitos casos, se nos focarmos no processo epigenético de diferenciação sexual embrionária, facilmente poderemos concluir que a atribuição de um sexo a um dado indivíduo, se efetuada com rigor, é consideravelmente mais complexa (Hines, 2005).

Em primeiro lugar, além do sexo fenotípico, cada indivíduo possui um sexo cromossomático¹, um sexo genético², um sexo gonadal³ e, não menos importante, um sexo cerebral⁴. Estes vários tipos de sexo podem ou não coincidir entre eles, além de que os níveis de androgénios no meio intrauterino, variáveis por diversas razões⁵, introduzem variações importantes no gradiente de masculinização não só ao nível dos genitais como também do cérebro (Breedlove, Rosenzweig & Watson, 2007).

Deste modo, podemos ter indivíduos cromossomaticamente XY mas que, por não terem o gene SRY, desenvolveram as restantes características de acordo com o padrão feminino. Existem, também, indivíduos com um sexo cromossomático, genético e gonadal masculinos mas que, por insensibilidade completa⁶ à testosterona, se tornam fenotipicamente mulheres⁷ (Breedlove, Rosenzweig & Watson, 2007). Estes indivíduos são, quase sempre, educados com um padrão feminino e, regra geral, assumem-se enquanto mulheres quanto à sua identidade de género (Wisniewski, Migeon, Meyer-Bahlburg, Gearhart, Berkovitz, Brown & Money, 2000). Semelhantemente, a exposição de um feto feminino a níveis elevados de

¹ Ser XX ou XY.

² Ter ou não o gene SRY, o qual desencadeia a formação dos testículos.

³ Ter ovários ou testículos.

⁴ Decorrente da maior ou menor masculinização das estruturas cerebrais sexualmente dimórficas, a qual é efetuada pela exposição a androgénios.

⁵ E.g., posição na fratria, alimentação e consumo de substâncias da mãe, clima emocional materno, entre outros.

⁶ Existe também a insensibilidade parcial, e em vários graus.

⁷ Apesar de serem inférteis e possuírem testículos internos.

androgénios, como no caso da hiperplasia adrenal congénita, resulta numa configuração genital intermediária e numa maior probabilidade destas mulheres apresentarem desempenhos cognitivos e comportamentos mais próximos do que é usual nos homens⁸, pese serem fenotipicamente mulheres com um aparelho reprodutor funcional.

Existe, também, o caso dos *guevedoces*⁹. Estes são indivíduos que, por apresentarem uma anomalia genética, nascem fenotipicamente mulheres e, somente na puberdade, desenvolvem os caracteres sexuais masculinos, incluindo um aparelho reprodutor funcional (e.g., Imperato-McGinley, Peterson, Gautier & Sturla, 1979). Na República Dominicana, onde esta condição é frequente e esperada, o que sucede com maior frequência é que estes rapazes são educados enquanto raparigas ao longo da sua infância, apresentando os comportamentos e brincadeiras típicas do sexo feminino. Contudo, em adultos, assumem tendencialmente uma identidade de género, tanto a nuclear¹⁰ como a secundária¹¹, masculina.

Estas e outras condições marcadamente intersexuais perfazem, na sua totalidade, 1 a 2 em cada 100 nascimentos (Hines, 2005; Larson, 2011), um valor que não é de menosprezar. Ademais, além destas condições mais extremadas, o desenvolvimento epigenético aponta para a existência de uma pluralidade de configurações corporais, mais ou menos femininas ou masculinas nas suas várias dimensões, possíveis em cada indivíduo. O campo da investigação acerca das bases orgânicas da orientação sexual fornece-nos dados interessantes neste aspeto, já que tem encontrado, por exemplo em homens *gays*, a coexistência, nos mesmos indivíduos, de estruturas (cerebrais e morfológicas) feminilizadas, hipermasculinizadas e ainda outras enquadráveis no padrão “normativo” masculino (Wilson & Rahman, 2005). Se, assim como muitos destes investigadores, considerarmos que tal é potenciado pela seleção sexual¹², então esta coexistência existirá, em maior ou menor grau, na população geral.

Ora, do muito que pode ser discutido a partir destes dados, existem algumas questões que devem ser refletidas por qualquer investigador na área do género ou técnico de saúde mental. Em primeiro lugar, se cada um de nós se posiciona num grau mais ou menos intermediário no *continuum* de feminilização-masculinização das estruturas corporais, onde é que se encontra a fronteira entre pertencer, biologicamente, ao sexo masculino ou feminino?

⁸ Geralmente e dependendo do grau de exposição. Nem todas as pessoas com HAC se situam mais próximas do “padrão masculino”.

⁹ *Testículos aos 12*.

¹⁰ Identidade nuclear remete para o sentimento básico de ser-se homem ou mulher.

¹¹ Identidade secundária diz respeito ao seguimento dos padrões e papéis sociais aceites para um dado sexo.

¹² E.g., de homens com traços comportamentais “femininos”, de homens com traços comportamentais “hipermasculinos”.

Reconhecendo, obviamente, que existe um dimorfismo sexual em termos biológicos, é necessário também questionar a extensão em que a base biológica determina a(s) identidade(s) de género e se tal ocorre de um modo linear, tal como é veiculado no senso comum e, também, em campos como a Psicanálise. Se não existe uma única base, mas antes bases biológicas não necessariamente convergentes em cada indivíduo, restam-nos duas hipóteses: ou se comprova que uma delas é a preponderante para que assumamos identidades de género masculinas ou femininas¹³, e assim mantém-se o determinismo linear e binário; ou então teremos que admitir que, mesmo num campo estritamente biológico, este determinismo, a existir, seria sempre multivariado e demasiado complexo para se oferecer como justificação para todo o tipo de diferenças comportamentais ou, ainda menos, posições sociais.

Assim, se a aparente pertença ao sexo feminino comporta, mesmo em termos normativos, a existência de estruturas masculinas (e vice-versa), o determinismo biológico binário, se utilizado linearmente e sem crítica, torna-se consideravelmente obsoleto.

A componente *nurture* na formação dos sexos e identidade de género, até agora mantida num segundo plano, será abordada mais aprofundadamente nos capítulos seguintes. Porém, é importante referir que, tendo em conta que o Ser Humano é um dos animais que nasce com as estruturas cerebrais mais inacabadas, ou seja, abertas ao *input* do meio para a sua configuração “final” (Gerhardt, 2004), podemos assumir com alguma segurança que este, nas suas várias dimensões (relação primária, sociedade, etc...), poderá ter um papel não menosprezável para a própria estruturação das diferenças cerebrais, corporais e, também, comportamentais entre homens e mulheres.

Daqui conclui-se que, apesar da distinção entre homens e mulheres comportar diferenças corporais e algumas tendências comportamentais/cognitivas distintas¹⁴, uma visão detalhada e empírica com base na biologia encontra mais coexistência do que cisões estanques. As diferenças são, na sua maioria, probabilísticas¹⁵ e não linearmente determinadas sendo que, em rigor, não devem ser assumidas cegamente em cada indivíduo tendo em conta somente o seu sexo aparente. À luz destes dados, a divisão binária dos sexos e ainda mais de atributos e papéis pertencentes a cada um deles parece, no mínimo, exagerada. Alguns dos processos subjacentes a este *exagero* poderão tornar-se mais explícitos se nos debruçarmos sobre a componente psicossocial, nomeadamente a História, a Sociologia e a Psicologia.

¹³ Apesar de serem distintas e comportarem factores diferentes na sua construção, refiro-me aqui tanto à identidade nuclear como à secundária.

¹⁴ Aqui, sublinha-se que as meta-análises mais recentes apontam que 78% das diferenças de género encontradas são mínimas (Hyde, 2005).

¹⁵ I.e., ser mulher aumenta a probabilidade de apresentar certas características e ser homem de outras.

Contudo, será também útil uma leitura dos dados que se seguem tendo como pano de fundo a teoria da biologia evolutiva que propõe que pelo menos parte do que se encontra a esses níveis se relaciona com uma tentativa de controlo do comportamento sexual da mulher por parte do homem, de modo a garantir a paternidade da descendência (Hopcroft, 2009). Mais particularmente: se a gestação interna estabelece indubitavelmente, na maioria dos casos, a identidade da mãe de uma criança, o mesmo não sucede com a identidade do pai, pelo que são necessários mecanismos adicionais de controlo da mulher para que a probabilidade de estar a investir-se numa descendência de outro homem seja diminuta.

A Mulher na Sociedade - História das Mulheres no Ocidente e Actualidade em Portugal

Quanto ao enquadramento histórico da mulher no Ocidente, a nossa síntese seguir-se-á eminentemente pelos dados avançados por Duby e Perrot (1991). De acordo com os autores (1991, vol. 2), os papéis atribuídos às mulheres não se devem às suas capacidades inatas, mas por razões erigidas num sistema ideológico e cultural. Embora estes sistemas, no Ocidente, tenham tendido, ao longo de vários séculos, para uma menor liberdade concedida às mulheres comparativamente aos homens, existem variações de relevo.

No Império Romano, embora existisse um duplo padrão de género no divórcio e no que era permitido quanto ao comportamento sexual, as mulheres podiam gerir os seus bens aquando da maioridade, bem como casar com quem escolhessem.

Na Idade Média, houve um decréscimo das liberdades das mulheres, bem como um acentuar da uma visão pejorativa relativamente às mesmas, o que os autores relacionam com a influência da Igreja Católica. Tal significa uma ideologia¹⁶ em que o homem deveria reger-se unicamente por Deus, o que implicava uma renúncia às emoções e à paixão terrena, e a mulher, causadora do pecado, deveria reger-se pelo seu marido. As ideias de inferioridade, falta de agência e obrigatoriedade da submissão eram aqui defendidas dogmaticamente. Além disso, o conhecimento e os escritos estavam, na Idade Média, nas mãos de homens clérigos, a quem havia sido imposto o celibato e a castidade, pelo que estes foram mais áspers em disseminar uma imagem da mulher enquanto plena de vícios e imperfeições. Esta proeminência do Catolicismo instaurou um pudor em relação à nudez e à sexualidade, o qual se manteve posteriormente. Nesta conjuntura, as mulheres eram vistas como tentadoras degeneradas que viviam para seduzir homens inocentes (Duby & Perrot, 1991, vol. 3), estando

¹⁶ “Devereis saber que a cabeça de cada homem é Cristo e a cabeça de cada mulher é o homem e a cabeça de Cristo é Deus.” (São Paulo, cit. In Duby & Perrot, 1991, vol. 2).

constantemente patente a equação mulher-sexo-pecado. Concomitantemente, a beldade feminina era um imperativo, sendo a fealdade era associada a uma impureza moral, ao vício¹⁷.

Estas posições mantiveram-se ao longo dos séculos seguintes, sendo que, independentemente da origem social, as raparigas eram desde o nascimento definidas pela sua relação com um homem¹⁸. Dizem-nos os autores (Duby & Perrot, 1991, vol. 2) que, neste pano de fundo, os homens tentavam, sob várias formas¹⁹, controlar as mulheres²⁰. O corpo feminino estava reservado à fecundação por parte do marido, sendo inclusivamente legislado o seu vestuário. A lei, regra, geral, facilitava que os homens se divorciassem das suas mulheres, ao passo que estas teriam invariavelmente de manter-se fiéis e obedientes aos seus maridos, mesmo que estes fossem adúlteros ou violentos²¹. Pese este controlo, existem registos consideráveis de mulheres citadas por insultarem e agredirem ou tentarem assassinar os maridos, (Duby & Perrot, 1991, vol. 2), o que demonstra que, apesar desta pressão maciça exercida desde o berço, a submissão não era propriamente pacífica.

Na Idade Média e no Renascimento, as considerações económicas determinavam a escolha de um companheiro, impondo-se a necessidade de sobrevivência sobre as considerações românticas. A educação das mulheres era centrada na aquisição de competências e meios para a entrada no mercado matrimonial. O trabalho na família não era convertido em valor monetário, mas antes considerado enquanto prestação de apoio. No Renascimento, as crianças de classe alta e média eram, desde bebés, entregues aos cuidados de amas. A mãe tinha eminentemente o papel de alimentadora, sendo culpabilizada por todos os defeitos, congénitos ou de carácter, das crianças.

Contudo, no que diz respeito à esfera do trabalho, a exclusão das mulheres do artesanato, da indústria e da produção é exclusiva do século XIX (Duby & Perrot, 1991, vol. 2), depois da revolução industrial ter cortado um grande número de postos de trabalho, o que levou a que os restantes ficassem reservados maioritariamente a homens. As mulheres trabalhadoras eram um caso normal nos séculos anteriores, sendo que não eram consideradas inaptas para o trabalho. As mulheres das classes baixas tinham de trabalhar para se

¹⁷ De acordo com os autores (vol. 3), as mulheres eram consideradas culpadas de tudo, desde da ruína da economia nacional às crises demográficas, bem como da homossexualidade dos respectivos maridos.

¹⁸ Cabia ao pai, ao marido ou ao irmão ser responsável por ela, controlar a sua vida e, nas classes média e alta, sustentá-la economicamente (vol. 3).

¹⁹ E.g., casamentos precoces, a persuasão, a coação, a violência e perseguições judiciais em caso de desobediência.

²⁰ Estas eram mantidas afastadas da vida pública, de modo a controlar as manifestações e desenvolvimento da feminilidade, aspirando à castidade e pureza.

²¹ Sendo as exceções, na idade média, somente os divórcios por pedastia ou necrofilia do marido.

sustentarem²². Porém, já que uma mulher independente de um homem era considerada antinatural e detestável, esperava-se que, mesmo a mulher trabalhando, o marido contribuísse para o seu sustento²³.

No Renascimento, cerca de 80% das raparigas do campo saía de casa aos 12 anos para trabalhar e construir o seu dote, sendo este essencial para que fossem escolhidas como esposas e tivessem um teto e um futuro mais ou menos livre de pobreza (Duby & Perrot, 1991, vol. 3). Neste sentido, a configuração familiar e económica dita tradicional, onde a mulher é doméstica e o homem o ganha-pão corresponde ao modelo burguês, o qual se alastrou aos restantes estratos sociais somente após a revolução industrial e consequente afastamento da mulher da esfera do trabalho (Poeschl, Silva e Clémence, 2004).

O Século XIX trouxe alterações progressivas no sentido de uma maior liberdade concedida às mulheres. Se, por um lado, as normas do início do século XIX definiam de um modo rígido o papel das mulheres, enquanto grupo social cujo comportamento e papel deveriam ser uniformizados, por outro esta representação totalizante foi sendo desfeita, culminando numa multiplicação de identidades – mãe, trabalhadora, celibatária, emancipada, etc... Estas eram vividas, muitas vezes, de uma forma contraditória e tensa (Duby & Perrot, 1991, vol. 4). As mulheres foram-se tornando mais reivindicativas, embora fossem prontamente declinadas e consideradas “tentativas de subversão da natureza” (vol. 4). Ainda assim, as mulheres ganharam agência e estatuto de membros da comunidade, ainda que de um modo restrito ao contexto do lar e da família.

Contudo, era permitido por lei que o marido usasse violência para com a sua mulher, com certos limites. Alguns direitos ainda eram unicamente reconhecidos aos homens, existindo uma desigualdade nas penas²⁴. Com o advento das ciências sociais, contemporâneo destas mudanças, parte dos estudos sobre as diferenças de género era utilizada para sustentar cientificamente esta hierarquia e organização sociais (Poeschl, Silva e Clémence, 2004). Podemos enquadrar aqui as teorias do início da Psicanálise e da Psicologia Clínica.

Já no Século XX, as Guerras impuseram a necessidade da mulher voltar a ocupar postos de trabalho e, consequentemente, uma maior preponderância económica. Ganharam, assim, um espaço próprio na esfera pública e alguma autonomia relativamente aos homens.

²² Sendo o empregador, frequentemente, uma figura masculina que se responsabilizava pelas trabalhadoras a seu cargo.

²³ Tal refletia-se nos salários femininos mais baixos, sendo que uma mulher poderia ser mal paga porque à partida teria um homem que lhe proporcionasse um teto.

²⁴ A título de exemplo, quase qualquer prova servia para condenar uma mulher de adultério (incluindo cartas roubadas), ao passo que, na suspeita dos homens, teria de ser provado que o dito tinha efectuado um adultério continuado e/ou colocado a sua amante a viver sob o mesmo tecto que as esposa legal.

Paralelamente, o desenvolvimento de métodos contraceptivos eficazes permitiu um maior controlo da sexualidade e gravidezes. Existindo uma menor mortalidade infantil, as mulheres passaram a ter menos gravidezes e complicações perinatais, o que resultou numa melhoria acentuada das condições de vida das mulheres.

Em Portugal, durante a maioria do século XX, continuavam a ser atribuídos papéis de género diferentes e desiguais, existindo uma tendência mais conservadora do que noutras sociedades Europeias (The Social Issues Research Centre (SIRC), 2012). O divórcio permaneceu proibido até 1969 e os maridos possuíam controlo legal sobre as suas mulheres, ditando uma parte considerável do seu comportamento²⁵ e limitando a sua liberdade²⁶.

Atualmente, as mulheres portuguesas são ainda as maiores responsáveis pela educação e cuidados das crianças, bem como pelas tarefas domésticas, passando cerca do dobro do tempo dos homens nestas últimas²⁷ (SIRC, 2012; Perista, 2010). A educação das crianças continua a ser vista como a experiência central das mulheres em Portugal (SIRC, 2012), sendo que esta visão se tornou “naturalizada”, ou seja, é encarado como normal que as mulheres sejam responsáveis pela maioria do trabalho doméstico (SIRC, 2012). O mesmo estudo aponta que a masculinidade ainda é construída sobre o pressuposto de que as mulheres são inferiores aos homens e que os homens tendem a recusar-se a abdicar da independência económica a favor da responsabilização na esfera doméstica.

Paralelamente, Portugal apresenta uma das taxas mais elevadas de emprego feminino na Europa (SIRC, 2012), sendo que a maioria das mães regressa ao trabalho em *full-time* depois do nascimento dos filhos. Similarmente, embora exista uma diferença de ordenados entre homens e mulheres, a favor dos primeiros, em Portugal esta diferença é menor do que noutros países europeus. Como tal, muitas mulheres portuguesas vivem o desafio de equilibrar esta maior independência e oportunidades laborais com os ideais tradicionais de género ainda prevalentes, o que se traduz, na prática, numa conjugação difícil²⁸.

Construção das Representações da Mulher - Conteúdos e Teorias Psicológicas

A forma como as mulheres são definidas e representadas, numa dada sociedade, é fortemente influenciada pela dimensão histórica e pela posição social por estas ocupada na

²⁵ Por exemplo, embora as mulheres tenham ganho o direito ao voto desde meados do século XX, só poderiam votar a favor do mesmo partido que os maridos (SIRC, 2012).

²⁶ As mulheres portuguesas não podiam ter um passaporte ou sair do país sem autorização dos maridos (SIRC, 2012).

²⁷ Média de 23 horas por semana a cuidar de crianças, contra as 16 dos homens; 17 horas por semana em tarefas domésticas, comparativamente às 7 dos homens (SIRC, 2012).

²⁸ As mães portuguesas são, entre as mães europeias, as que reportam ter menos tempo para si próprias, com uma média de somente 29 minutos diários (SIRC, 2012).

atualidade, às quais já nos referimos. São, também, largamente determinadas e mantidas pelas pressões sociais exercidas pelos meios de socialização, bem como pelas ideologias dominantes e teorias científicas, para que os indivíduos assumam as representações hegemónicas em detrimento das restantes (Vala, 2006).

Se, quando se olha para a mulher na história ou em sociedades às quais o observador está menos ligado, esta pressão se evidencia de um modo claro, é consideravelmente mais difícil reconhecê-la em tempo real, já que opera também de um modo latente, pré-verbal e desde muito cedo. Por exemplo, aos olhos de uma grande parte dos ocidentais contemporâneos, uma legislação acerca do vestuário feminino, como ocorria na Idade Média, poderá destacar-se enquanto um meio de pressão evidente; contudo, estarão provavelmente menos atentos ao facto das personagens femininas que figuram em desenhos animados desempenharem o papel de cuidadora durante 46% do tempo, contra 0% nas masculinas (Poeschl, Silva & Clémence, 2004).

Ora, daqui retiram-se duas ilações: primeiro, as próprias características reais das mulheres (de comportamento, de personalidade, etc...) vão ser influenciadas por todos estes fatores, pelo que existirá uma tendência para assumirem características consonantes com o que delas é esperado. Segundo, estes fatores vão interagir com processos psicológicos, cognitivos e emocionais, contribuindo para a construção e manutenção destas representações²⁹ e estereótipos³⁰, tanto a um nível individual como coletivo.

Detenhamo-nos, em mais detalhe, no primeiro ponto: se um indivíduo nasce num meio onde determinados comportamentos são altamente encorajados, ao passo que outros são condenados social e juridicamente, é expectável que tal funcione como reforço do que é socialmente aceite. Assim, traça-se um caminho distinto entre os sexos, já que o que é reforçado é muitas vezes antagónico³¹.

Se, simultaneamente, a sociedade (e o meio familiar) restringem o leque de figuras passíveis de servirem como modelos de identificação, permitindo ao sujeito aspirar quase exclusivamente a *ser como e sentir como* aqueles do mesmo sexo, então o próprio *Ideal do Eu* da criança em desenvolvimento estará, desde cedo, “contaminada” pelas representações hegemónicas. Por conseguinte, de grosso modo, uma rapariga só pode praticamente aspirar a *ser como* a mãe ou as mulheres adultas do seu meio (e tanto mais assim será quanto menos

²⁹ Construções internas e subjectivas acerca da mulher na sua valência objectiva, externa (Amâncio, 2006).

³⁰ Este remete para uma representação simplificada da realidade que, embora ligada a indícios de diversas ordens, origina generalizações abusivas acerca da realidade e serve como justificação/racionalização para as posições dos grupos na dinâmica social (Marques & Paez, 2006). Por conseguinte, constitui um conjunto de crenças sócio-culturais, veiculadas pelos vários agentes de socialização, sobre os traços comuns dos membros de um grupo.

³¹ Falamos aqui, de um modo reducionista, de um dos processos base da Psicologia Cognitiva.

presente for o pai; Mitchell, 2000)³². Similarmente, se a estimulação do meio, guiada por estas representações, assumir características distintas de acordo com o sexo da criança em desenvolvimento, teremos um potenciamento do dimorfismo sexual biológico. Ou seja, se as estruturas corporais e cerebrais estimuladas ganham preponderância sobre as menos estimuladas (Gerhardt, 2004) se esta estimulação varia grandemente consoante o sexo da criança, teremos diferenças cerebrais (e, em consequência, nas tendências comportamentais) socialmente construídas³³.

Como tal, mesmo que, num extremo, presumíssemos que todas as mulheres reais acabam por assumir inevitavelmente as características que fazem parte do estereótipo de mulher (o que não é, de todo, o caso), naturalizar e absolutizá-las sem ter em conta os processos de construção da identidade que podem ditá-las seria, no mínimo, pouco científico.

Assente este ponto, foquemo-nos nos processos inerentes à formação de representações e estereótipos. Um dos aspetos a reter é o facto de os estereótipos serem formados através de vieses no sentido de aumentar as semelhanças percecionadas dentro de um grupo, ao mesmo tempo que se omitem as semelhanças entre indivíduos dos dois grupos e se sobrevalorizam as diferenças entre eles (Marques & Paez, 2006). Ou seja, independentemente do grau de diferenciação comportamental real entre homens e mulheres, esta é assumida abusivamente, existindo uma tendência para percecionar erroneamente as mulheres enquanto um todo com determinadas características, antagónicas àquelas que pertencem aos homens, igualmente vistos como um todo.

Vemos este processo de um modo claro nas características tradicionalmente atribuídas a homens e mulheres, as quais assumem uma lógica antagónica. O homem é, deste modo, associado a características *instrumentais*³⁴, ao passo que a mulher é associada a características de natureza *expressiva e comunal*³⁵ (Poeschl, Silva & Clémence, 2004). Dizem-nos estes autores que, tradicionalmente, a mulher típica diferencia-se do homem típico pela sua *dimensão emocional*, pela *docilidade*, preocupação com as relações com os outros e afazeres domésticos, o que estará relacionado com os domínios atribuídos a cada um deles na sociedade. Hoffman e colaboradores (2005), no mesmo sentido, salientam que as categorias *sexo biológico* (i.e., nascer mulher), *expressiva/relacional* (e.g., ser cuidadora, maternal, gentil, entre outros) e *padrões sociais* (i.e., mostrar características associadas ao género feminino) são as mais prevalentes na definição do feminino.

³² Novamente reducionista, estamos no campo da Psicanálise.

³³ Falamos, aqui, de Biologia do desenvolvimento.

³⁴ Ligadas ao domínio do meio; à esfera profissional, à obtenção de recursos em favor do próprio.

³⁵ Ligadas ao altruísmo, às posições de apoio ao outro; à esfera relacional, à empatia.

Excetuando a dimensão *nascer mulher* do estudo de Hoffman, a qual abre um maior espaço às diferenças individuais, as restantes definições subvalorizam as semelhanças entre grupos (e.g., a existência de homens emocionais; a existência de mulheres fortes e assertivas), bem como, mais subtilmente, a possibilidade de coexistência de atributos instrumentais e comunais no mesmo indivíduo (e.g., uma pessoa que seja, simultaneamente, forte e emotiva). Adicionalmente, a categoria *padrões sociais* veicula um certo reconhecimento consciente das pressões sociais exercidas no sentido da conformidade aos estereótipos.

Um outro aspeto concomitante à existência de estereótipos de género muito vincados é a resistência dos mesmos, ainda que se tornem discordantes da realidade. Por exemplo, num estudo conduzido em Portugal, Poeschl e colaboradores (2004) concluíram que, apesar de todas as modificações sociais, as personagens da literatura que os portugueses associavam à mulher e ao homem típicos remontavam ao século XIX, convergindo com os dados acima mencionados³⁶. Os autores concluem que, nos portugueses do século XXI, estas representações continuam ligadas a uma dicotomia ativo vs. passivo e fragilidade vs. força, apesar de os dados da realidade não corroborarem com a mesma.

Além dos processos cognitivos inerentes à formação destes estereótipos e representações, devemos ter em conta que estes têm uma natureza afetiva e inconsciente. Embora ligadas aos traços mnésicos, as representações são afetivamente investidas (Laplanche & Pontalis, 1990), podendo estar mais ligadas ao processo primário ou ao secundário (Brenner, 1980). Tal implicará, então, que a representação da mulher terá uma componente não-verbal, alicerçada em processos inconscientes (Brenner, op cit).

Ademais, no que à representação da mulher diz respeito (assim como a do homem), por constituir sensivelmente metade da população humana e pela sua proximidade com qualquer ser humano, poderemos pressupor que, regra geral, esta terá uma carga afetiva mais marcada do que a de muitos outros grupos (e.g., a representação dos Japoneses na população Portuguesa, a representação dos comerciantes nos Lisboetas, etc...). Em consequência, assumirá com maior probabilidade a forma de representação simbólica, característica do pensamento de processo primário (Brenner, 1980). Tal significa que estará mais saturada de um simbolismo latente, o qual é considerado o modo de representação da experiência afetiva, sendo portanto central na expressão das temáticas com uma carga afetiva forte (Bateman & Holmes, 1998).

³⁶ A imagem da mulher evoca, também em Portugal, aspetos como a beleza, a meiguice, fragilidade, a capacidade de sofrimento e autossacrifício, a passividade e a apresentação enquanto objetos decorativos e de desejo. A do homem, por sua vez, evoca força, iniciativa, estudo e ocupação profissional, estatuto social e vida social (Poeschl et. al, 2004).

Podemos, por conseguinte, perguntar-nos quais os aspetos simbólicos e emocionais associados à mulher, e se estes têm relevo no modo como cada indivíduo representa as mulheres. Neste ponto, é útil recorrermos às definições “enciclopédicas” de mulher, pois a tentativa de síntese que estas representam dará azo a condensações importantes. Salienta-se, assim, que a definição de “mulher” encontra-se, muitas vezes, intimamente ligada à *reprodução* e à *maternidade* (Rêgo, 2010). O termo “Homem” é representado como o ser humano padrão, ou seja, a norma da humanidade. Em oposição, o termo “Mulher” é definido, regra geral, como o ser humano específico, como símbolo da função reprodutora.

Vemos, nestas definições, que a mulher é definida de acordo com as suas duas “funções” mais inultrapassáveis e, também, aquelas mais carregadas de aspetos emocionais (i.e., a mulher enquanto parceira libidinal, a mulher enquanto mãe e, geralmente, primeiro objeto de ligação da maioria dos Humanos). Outro aspeto importante prende-se com o facto de ambas – parceira reprodutora e mãe – colocarem a mulher, na sua própria definição, sempre perante um outro (i.e., o homem, o bebé). Tal parece ocorrer mais do que na definição de “homem”, que pela sua generalidade acaba por conter esferas para além do homem-objeto de amor e do homem-pai.

Logo, e embora estejamos aqui a conjugar conceitos com bases epistemológicas distintas, os estereótipos ocupados pela mulher poderão também estar intimamente relacionados com as Imagos³⁷ da mesma. Por conseguinte, a Imago de mulher, construída precocemente e com uma forte carga afetiva e fantasmática, será determinante na apreensão e representação das mulheres ao longo da vida do indivíduo, podendo inclusivamente assumir características psicopatológicas, de negação da realidade ou de aspetos desta³⁸.

Entre as particularidades dos estereótipos de género que, à luz desta hipótese, podem ser influenciados por uma emocional e inconsciente, encontra-se o paradoxo da redução da mulher a um valor sexual, ao mesmo tempo que se ignora a sua própria sexualidade (Attwood, 2007), bem como uma redução à aparência em detrimento do seu papel enquanto agente social (Mota-Ribeiro, 2003). Ademais, aspetos como a agressividade e a transgressão de regras são, geralmente, particularmente mal aceites em mulheres em comparação com os homens (e.g., Ericsson & Jon, 2006), sendo expectável das mulheres uma submissão aos valores morais e às

³⁷ Protótipo inconsciente de personagens que orienta a forma como o indivíduo apreende o outro, o qual se constitui a partir das primeiras relações inter-subjectivas reais e fantasmáticas com o meio familiar (Laplanche & Pontalis, 1990). É um esquema imaginário eminentemente estático, através do qual o indivíduo visa o outro, objectivando-se em sentimentos, comportamentos e imagens.

³⁸ Por exemplo, alguns autores da Psicanálise (e.g., Farias, 2005) propõem que a desvalorização da mulher e do feminino corresponde a um forte receio de regressão e de desamparo, o qual está fantasmaticamente equacionado com a mulher por esta ser, regra geral, a prestadora de cuidados primários.

regras sociais impostas. As consequências sociais negativas são, por consequência, tendencialmente mais pesadas para as mulheres, como aliás está patente em toda a história recente do Ocidente.

De igual modo, existe uma certa idealização nos estereótipos de género, ligada a uma lógica de poder. De acordo com Paetcher (2006), o termo “masculino” é utilizado muitas vezes para a imagem do “grande homem”, dizendo somente respeito a um tipo de masculinidade hiperdominadora e não às outras formas de “ser homem”. Quanto ao termo “feminino”, este significa muitas vezes atuar a hiperfeminilidade, o que a maioria das mulheres não faz (ou não faz a maior parte do tempo). São, ambos, visões idealizadas. A autora acrescenta que o feminino é construído enquanto uma negação do masculino, enquanto ausência de masculinidade, o que se encontra, como já vimos, em consonância com a tradição histórica Ocidental. Assim, se o (hiper) masculino é o poder, a (hiper) feminilidade é, por definição, uma *desistência do poder*.

Não será alheio a estas definições e representações o facto de que, ao longo de vários séculos, os homens obtiveram um domínio social e cultural muito marcado (Mitchell, 2000), o qual determinará parte das ideias que são veiculadas e reforçadas acerca da mulher. Ou seja, a existir diferentes tendências no modo como homens e mulheres representam as mulheres, será à partida a dos homens a que terá maior visibilidade e a mais preponderante.

Homens e mulheres poderão ser tendencialmente semelhantes, por exemplo, na equiparação mulher-mãe; mas o padrão feminino poderá não colocar uma ênfase tão grande na mulher enquanto objeto de desejo e parceiro libidinal, visto que a larga maioria das mulheres é heterossexual. Ademais, pela milenar divisão sexual do trabalho (Mitchell, 2000), existirá também uma maior tendência para que muitos homens, na sua experiência quotidiana, estejam em maior contacto com homens no contexto laboral do que com mulheres, ou seja, com uma maior oportunidade de construir representações *instrumentais* dos homens do que das mulheres. Este facto, e também a construção de relações sociais eminentemente homossexuais (e.g., relações de amizade, partilha de *hobbies* sobretudo entre homens) poderão ditar uma representação do homem mais alargada a vários contextos, contrastando com a mulher restrita ao relacional. Quanto à questão do poder, poderá eventualmente existir uma tendência para que os homens valorizem e queiram manter o estatuto de grupo privilegiado e dominante (Mitchell, 2000), incorrendo mais facilmente numa absolutização e naturalização dos papéis de género e, em particular, da inferiorização da mulher.

De um modo geral, poderemos encontrar estas representações muito bem espelhadas e, diríamos, racionalizadas nas teorias Psicanalíticas mais tradicionais acerca da mulher.

A Mulher na Psicanálise

Desde o seu surgimento até hoje, a Psicanálise tornou-se num modelo científico de assaz importância no entendimento do Ser Humano nas suas diversas facetas. Foi pioneira no reconhecimento do papel do inconsciente e na preponderância dada às vivências infantis no desenvolvimento humano, nomeadamente aquele que assume características psicopatológicas. Neste sentido, foi a Psicanálise a primeira disciplina científica a reconhecer os desejos eróticos e sexuais das mulheres (Shapiro, 2002) e, sobretudo desde Klein, foi a Psicanálise que introduziu e salientou o papel das mulheres, enquanto mães e na relação mãe-bebé, na organização psíquica e na psicopatologia. Como tal, a Psicanálise enveredou simultaneamente, desde os seus primórdios, em dois campos essenciais mas de uma complexidade muito vincada, a saber: (1) a caracterização do desenvolvimento normal e do(s) desenvolvimento(s) psicopatológico(s); (2) a explicação destes, com base na trama relacional/familiar precoce, onde se inclui com grande destaque a relação mãe-bebé, e nos processos inconscientes e simbólicos subjacentes a tudo isto.

Ao construir um corpo teórico sobre estes campos, por vezes escorregadios por serem carregados de subjetividades e de ideologias dominantes, a Psicanálise resvalou no modo como conceptualizou a mulher, as suas características psíquicas e o seu desenvolvimento. Seja por ter sido elaborado eminentemente por homens, seja pelo contexto histórico-social em que a Psicanálise surgiu e se afirmou, uma parte das teorias Psicanalíticas apresenta um lado misógino, fazendo uma construção tradicional e, também, pejorativa das mulheres.

Deste modo, a teoria clássica de Freud suscitou reações fortíssimas, primeiro do movimento feminista, mas consequentemente de outros psicanalistas (Shapiro, 2002; Tyson, 1997; Fritsch, Ellman, Basseches, Elmendorf, Goodman, Helm & Rockwell, 2001; Maguire & Dewing, 2007). Contudo, o início da Psicanálise foi muito marcado por um fechamento num grupo restrito e por uma lealdade aos postulados de Freud, pelo que as próprias mulheres psicanalistas da primeira geração, supervisionadas por homens, não se referiam a estes assuntos (Shapiro, 2002). Horney e Thompson foram as primeiras a pensar teorias alternativas, na década de 20, mas foram afastadas de postos com maior visibilidade no período das Guerras, particularmente conservador no meio da Psicanálise. Só nos anos 60 e 70, apoiada por dados biológicos e embriológicos e importando as críticas suscitadas noutras áreas, surgiu a “segunda vaga” de psicanalistas feministas, com nomes como Moulton, Chodorow e Benjamin (Shapiro, 2002).

A mulher nos autores freudianos. Em termos de desenvolvimento psicosssexual, Freud postulava que as raparigas funcionariam como uma espécie de protorapazes até à fase fálica, a partir da qual teria de retirar-se do masculino (Afonso, 2007). Aí, por volta dos 5 anos, a rapariga tomaria consciência da diferença anatómica entre os sexos, comparando o seu clítoris – único órgão do qual teria consciência, sendo a vagina por si desconhecida – com o pénis, o que lhe despertaria uma intensa inveja do mesmo (Tyson, 1997). Perante a diferença de tamanho existente entre os dois órgãos, a rapariga sentir-se-ia impotente, inferior, em suma castrada, pelo que daí em diante passaria a invejar o masculino e a desvalorizar o feminino, bem como os objetos de amor femininos. A este conjunto de sentimentos e fantasias chama-se geralmente Complexo de Castração. Possuir, de algum modo, o pénis passaria a ser a sua meta, alcançável simbolicamente através do ato sexual e através da gravidez de um filho do sexo masculino. A inveja do pénis seria, portanto, um marco desenvolvimental inultrapassável no feminino, o qual estaria na base do afastamento da rapariga da mãe em direção ao pai, bem como da renúncia ao clítoris a favor da vagina (Person, 1983). Esta dupla renúncia ditaria, classicamente, uma redução na líbido das mulheres (Person, 1983).

Alguns pressupostos desta teoria têm sido seriamente colocados em dúvida. A investigação aponta que as crianças do sexo feminino têm sensações vaginais muito antes dos 5 anos (Flax, 2002), pelo que não parece existir uma razão para estas considerarem o clítoris o seu único órgão sexual. Sabe-se, também, que na maioria das mulheres não existe uma substituição do clítoris pela vagina enquanto zonas erógenas mas antes uma coexistência, o que significa que a base pseudoanatómica para a passagem da atividade (clítoris) para a passividade (vagina) é claramente posta em causa (Shapiro, 2002).

Relativamente à inveja do pénis, a afirmação de que esta advém de uma mera comparação de tamanhos está ancorada num falso biologismo que falha em captar a sua dimensão simbólica e os aspetos sociais centrais na sua etiologia (e.g., Seidenberg, 1991a e 1991b). Além disso, a inveja do pénis, assim como o complexo de castração, devem para alguns autores ser encarados como sintomas e não como marcos incontornáveis do desenvolvimento (Afonso, 2007). Outros enfatizam ainda existência de uma inveja mútua entre os sexos, salientando que a inveja do útero é, nos homens, um aspeto de relevo (Maguire & Dewing, 2007). Por conseguinte, a inveja do pénis, assim como a inveja do útero nos homens, é um processo consideravelmente mais complexo do que se pressupunha inicialmente, assumindo configurações e significados diferentes. Portanto, deve ser abordado com cautela tanto a um nível teórico como no contexto clínico.

Os autores freudianos advogam ainda que, para alcançar um “satisfatório” desenvolvimento, a rapariga teria de renunciar às suas “pulsões masculinas”, substituindo a atividade pela passividade, a dominância pela subjugação – a atividade e dominância entendidas como inerentemente masculinas (Person, 1983). O masoquismo seria, então, um ponto central na organização psíquica das mulheres³⁹ (Tyson, 1997; Rascovsky, 2002).

Deste modo, não é de espantar que se considerasse a mulher um ser *misterioso*, na medida em que as características que lhe eram atribuídas a tornavam numa espécie de antítese do que é encontrado no mundo animal e, também, do que se advoga serem metas desenvolvimentais no Ser Humano. Isto porque a atividade e a (tentativa de) dominância não podem ser propriedade do homem Humano quando são transversais a quase todo o reino animal, nas suas diversas organizações. De um modo sintético, poderíamos também dizer que a maioria das teorias acerca do desenvolvimento sublinha a aquisição progressiva de competências, autonomia e domínio social e cultural enquanto metas a atingir pelas crianças em desenvolvimento (Brown, 2010), o que é claramente antagónico relativamente àquilo que as teorias freudianas dizem ser o desenvolvimento normativo da mulher.

Voltando à Psicanálise, alguns autores freudianos defendem que a mulher nunca chega a resolver o complexo de Édipo, perseguindo sempre num homem o próprio pai (Paschero, 2000) e rivalizando eternamente com a mãe. Como tal, o desejo do pai edipiano seria, para estes autores, o elemento central e inultrapassável do feminino. Visto que, na teoria freudiana, é a resolução do complexo de Édipo que introduz o interdito e forma o Superego (e.g., Paschero, 2002), a mulher permaneceria com um superego defeituoso comparativamente ao do homem (Chodorow, 2004). Por ser já irremediavelmente castrada, a mulher, contrariamente ao homem, não teria ansiedade de castração.

Aqui, é de salientar que teorias mais recentes apontam que o terceiro no complexo de Édipo não é o pai per se, mas acima de tudo uma função mental que dá azo a uma capacidade de “triangular” as relações, ou seja, de aceder ao pensamento simbólico (Maguire & Dewing, 2007). Neste sentido, o reconhecimento do “outro” nesta fase vai muito para além do género e da definição binária de um papel sexual e de género – embora geralmente as pessoas mais próximas da criança sejam o pai e a mãe, os quais, num enquadramento tradicional, ocupam posições diferentes eminentemente marcadas pelo género (daí a confusão teórica e na interpretação do material clínico, muito provavelmente). Por conseguinte, a forma clássica de abordar o Complexo de Édipo falha em reconhecer a necessidade da criança em conjugar

³⁹ Estando estas ligadas à ética do cuidado e não ao triunfo, como os homens.

simbolicamente, no seu mundo mental, outros distintos entre si e dela própria em muito mais do que o género e o papel sexual. Assim, é, ironicamente, pouco triangulada.

É, de igual modo, curioso salientar que, embora a literatura clássica enquadre pacientes do sexo feminino dentro da organização neurótica – e.g., nas histerias – o ponto anterior é inconsistente com este facto, já que a ansiedade predominante numa organização neurótica é a de castração, a qual está à partida interdita à mulher. Assumindo por momentos que a força do Superego de um indivíduo, enquanto sistema constituído essencialmente pela interiorização de normas sociais, terá consequências ao nível da quantidade e gravidade dos seus comportamentos transgressivos, seria de esperar que as mulheres fossem especialmente transgressoras. Contudo, na maioria dos países ocidentais mais de 90% dos reclusos são homens⁴⁰, dados que, embora relacionados com um vasto leque de fatores, tornam a crítica ao superego feminino – sobretudo vista enquanto falha na capacidade de acesso ao interdito – pouco adequada à realidade.

Algumas operações de nível superior, nomeadamente a capacidade de sublimação, ficariam também embotadas na mulher. A mulher funcionaria mais do que o homem em processo primário⁴¹ (Fiorini, 2002), algo que significaria invariavelmente uma grande labilidade afetiva e emocional, assim como uma menor capacidade de representação simbólica. Será, então, de estranhar o facto de, atualmente, as mulheres estarem a ganhar proeminência na Educação Superior⁴², desempenhos para os quais será necessário, indubitavelmente, capacidades de nível superior e de pensamento simbólico.

De acordo com diversos autores (e.g., Tyson, 1997; Person, 1983), muitos dos postulados teóricos de Freud e seus seguidores acerca da mulher são incompatíveis com a mulher moderna na sua pluralidade de papéis, além de não coincidirem com os dados avançados por outros campos de investigação. Contudo, são ainda utilizados na prática clínica (Fritsch et al, 2001) e mantidos como pressupostos teóricos por uma quantidade assinalável de autores, em especial aqueles que não escrevem especificamente sobre questões de género (Balsam, 2001). Portanto, na prática clínica, muitos analistas veem aspetos como a inveja do pénis e o complexo de castração como factos incontornáveis, falhando em considerar as suas funções defensivas, as várias possibilidades da sua etiologia ou outros significados do

⁴⁰ E.g., percentagem de prisioneiras mulheres abaixo de 8% em todos os países da Europa, sendo a média 4,9% (dados de 2009, Aebi & Delgrande, 2011). Na Austrália, 7% em 2007 (Australian Institute of Criminology, 2009).

⁴¹ Ou seja, em “linguagem” pura e não socializada do inconsciente.

⁴² Cerca de 60% dos graduados em educação pós-secundária, na Europa, são mulheres (dados de 2008, Turchetti & Géré, 2010).

material. Tal dá azo também a interpretações “automáticas”⁴³ e selvagens por vezes pouco conseguidas.

Teorias posteriores – da feminilidade primária à identificação materna. Neste ponto, e contrariamente ao que sucede quando abordamos as teorias freudianas, é mais difícil apresentar uma teoria unificada, na medida em que as posições dos vários autores divergem significativamente. Tentaremos, como tal, efetuar um resumo elucidativo. É necessário frisar também que algumas destas teorias foram elaboradas em resposta – frequentemente em oposição – à teoria freudiana, o que deu lugar em muitos dos casos a uma espécie de partilha de alguns dos *a priori*s freudianos (e.g., Tubert, 2002).

Teorias ligadas à Feminilidade primária. Muitas das teorias posteriores surgiram como reação às teorias clássicas sobre o desenvolvimento da mulher, as quais eram baseadas no do homem, sendo postulado que a feminilidade seria uma reação secundária a uma masculinidade original. As novas teorias avançaram, assim, o conceito de feminilidade primária, o qual surgiu para teorizar o desenvolvimento feminino per se (Kulish, 2000; Balsam, 2001). Contudo, ao ser incluído quase indiscriminadamente num amplo leque de teorias, o termo tem sido usado de diversas formas e, muitas vezes, de um modo reducionista.

A feminilidade primária foi tratada enquanto identidade de género básica (Elise, 1997). Esta identidade de género básica estabelece-se antes dos 2 anos de idade (Seidenberg, 1991a), sendo que precede as identificações (Kulish, 2000), embora se saliente por vezes uma boa relação mãe-filha como fulcral para que a menina se sinta feminina. Contudo, tal tem servido para apoiar visões essencialistas, como se a feminilidade, a identidade de género, os papéis de género e a heterossexualidade fossem aspetos derivados automaticamente do corpo feminino, o que representa um *biologismo* não verificado por dados empíricos (Person, 1983).

Existe também a utilização da feminilidade primária enquanto ansiedade genital feminina⁴⁴ e fase do desenvolvimento (Kulish, 2000; Aslan, 2002). Mais do que ter inveja do pénis, a mulher teria uma ansiedade de castração própria – a de perda dos seus órgãos, os quais ela valoriza. Paralelamente a uma linha “feminina” do desenvolvimento⁴⁵, existiria uma correspondente “masculina”⁴⁶. Neste ponto, Kulish (2000) considera que esta tentativa de separar as duas linhas é ambígua e clinicamente artificial.

⁴³ Por exemplo, a negação dos próprios órgãos femininos é interpretada automaticamente como inveja do pénis, ao invés de ser interpretada como um desejo de negar o interesse no seu próprio corpo (Fritsch et al., 2001).

⁴⁴ I.e., o receio da perda e dano aos órgãos genitais femininos.

⁴⁵ Onde a rapariga é feliz enquanto tal e onde a ansiedade é de perda dos próprios genitais.

⁴⁶ O lado da rapariga que não está feliz e quer ser um rapaz, e onde a ansiedade é de castração fálica, ou seja, de perda de um falo imaginário

Outras referem que a ansiedade genital da mulher não seria a perda dos seus genitais – a qual não faz tanto sentido na configuração física da mulher, já que os seus genitais se encontram mais na continuidade do resto do corpo do que os masculinos. A ansiedade da mulher seria, então, uma ansiedade de penetração, advinda do desejo infantil do pénis paterno e do receio, da menina, de que este seria demasiado grande para a sua pequena e imatura vagina. Há também quem saliente a dimensão simbólica da penetração, referindo que o receio desta corresponderia a um medo de “perda de limites”, de perda no outro. Para alguns autores, existiria nas raparigas uma primeira fase genital, em vez de uma fase fálica⁴⁷, onde a ênfase estaria em conflitos narcísicos e a angústia específica seria a de penetração (Kulish, 2000).

Nesta conceção, o maior perigo é o de formular uma teoria do desenvolvimento infantil universal a partir de material proveniente de pacientes adultas. Se é possível que uma “ansiedade de penetração” esteja presente num certo número de mulheres, torna-se menos provável que seja um organizador central em todas, independentemente do meio objetual e fantasmático. A ansiedade genital é, também, abordada de um modo demasiado literal, sem ênfase na configuração das relações objetais. Kulish (2000) critica ainda estas teorias, no sentido em que: (1) muitos dos autores assumem uma visão essencialista – que existe uma feminilidade “essencial”, inata e ligada a uma heterossexualidade inata; (2) esta posição ignora a individualidade, no interesse da generalização e da geração de teorias “universais”. É comum estes autores fazerem afirmações “universais” acerca da mulher e afirmarem que podem descrever a experiência básica ou essência da feminilidade ou masculinidade.

Identificação/Relação materna. Numa linha mais objetual, um vasto leque de autores sugere ainda que é a relação primária e a identificação entre uma rapariga e a sua mãe que definem por inteiro o seu percurso enquanto mulher e a sua identidade sexual a praticamente todos os níveis. Partem invariavelmente do pressuposto de que a mãe responderá aos sinais dos bebés de modo distinto de acordo com o seu sexo biológico, o que é tido como precursor das diferenças entre homens e mulheres (Aslan, 2002; Chodorow, 2004; Paschero, 2002; Aisemberg, 2000).

Para Aslan (2002), a identificação à mãe é predominante para ambos os sexos. Contudo, para a rapariga, é esta que transmite os padrões de feminilidade e os critérios sociais acerca do que é ser mulher e a sua valorização social. Embora nestas afirmações se assuma que a mãe será invariavelmente a figura mais próxima/importante para a criança, caindo num

⁴⁷ Centrada em conflitos relativos ao órgão masculino (Kulish, 2000).

essencialismo quanto aos papéis parentais, salienta simultaneamente que os padrões e critérios de género são transmitidos, tornando-se consideravelmente paradoxal.

Chodorow, nos seus trabalhos iniciais, sugeria que diferenças entre a forma como as mães interagem com filhos rapazes e filhas raparigas levaria a diferenças psicosexuais entre sexos (Chodorow, 2004). Existiriam perigos diferentes: na rapariga, demasiada identificação e perda do sentido de *self*; nos rapazes, “*engulfment*” e perda da masculinidade. Portanto, a rapariga estaria sujeita a perigos consideravelmente mais regressivos do que o rapaz, pela pressuposta existência de uma simbiose mais marcada na sua relação com a figura materna. Contudo, quer homens quer mulheres associam a mulher (por assimilação com a mãe) com os seus próprios medos de regressão e falta de poder⁴⁸. A autora defendia, ainda, que não há uma única feminilidade ou masculinidade⁴⁹.

Alguns autores (Paschero, 2002; Aisemberg, 2002) salientam a importância, no vínculo primário de uma rapariga, o ódio⁵⁰ e a rivalidade do objecto materno. Estes causariam desamparo e falhas na confirmação narcísica na díade mãe-bebé. A mãe teria de tolerar o ódio da filha, de modo a permitir a sua separação, caso contrário daria azo a “pseudofeminilidades” (Paschero, 2002). Além disso, a própria mãe desenvolveria, com a filha, um vínculo pautado pela rivalidade, pelo que esta não seria totalmente confirmada pela mãe, contrariamente ao que sucederia com filhos homens, objectos de desejo (Aisemberg, 2002). Seriam estes ódios e falta de confirmação narcísica que ditariam a caminhada em direcção ao homem, numa procura de tornar-se o objecto de amor e desejo deste (Paschero, 2002; Aisemberg, 2002).

As identificações na mulher seriam, portanto: (1) com a mãe materna (identificação primária); (2) com a mãe erótica na encruzilhada edipiana (identificação secundária); (3) com aspectos parciais do pai (identificação com o pénis paterno) (Aisemberg, 2002). Por ser o pai quem define a erotização da filha e a Lei, seria também somente por identificação ao pai que a mulher teceria os seus valores e, por conseguinte, o seu superego (Paschero, 2002). No mesmo sentido, para Balsam (2001), a “masculinidade” de uma mulher é derivada unicamente da relação com homens e é um fenómeno “adicional”, embora complexo e necessário.

Mais uma vez, temos a “caminhada em direcção ao homem” como a grande meta do feminino, sendo a psicologia feminina reduzida à sexualidade (como apontado por Chodorow, 2004) ou até, se quisermos ir mais longe, à escolha de objeto sexual. Aspectos porventura mais importantes, como por exemplo a construção do *self* ou o mundo interno inconsciente, são

⁴⁸ Por exemplo, fantasiam mais sobre homens e associam-nos com virtudes idealizadas e crescimento.

⁴⁹ Embora na concepção original de Freud a feminilidade incluísse: o pai como objeto, a vagina como local de erotismo, passividade enquanto modo.

⁵⁰ Seja como um ódio à sua feminilidade (por não ser homem) e um ódio especular a si mesma (por ser castrada).

relegados para um segundo plano perante as questões sexuais (Chodorow, 2004). Temos também a partilha de alguns pressupostos freudianos, nomeadamente a inevitabilidade de conceitos como a castração e a inveja do pénis. Assume-se um enviesamento biológico e instintual para a divisão sexual do trabalho, personalidades de género e heterossexualidade (Chodorow, 2004). A ênfase é dada a assuntos edipianos e libidinais, bem como à orientação sexual, a inveja do pénis, o masoquismo, a genitalidade, a frigidez. Não é colocada nas relações de objeto nem no desenvolvimento do ego.

Os autores não conseguem, aparentemente, conceber uma relação entre duas mulheres – mesmo sendo mãe e filha, mesmo sendo uma delas um bebé – que não esteja pautada por rivalidades e ódios. Por um lado, como já referimos, podem existir tendências distintas de interação e estimulação de acordo com o sexo da criança, as quais terão, certamente, alguma importância no desenvolvimento da mesma. Por outro, transformar essas pressupostas diferenças numa mera questão de desejo erotizado (ou falta dele) por parte da mãe para com o bebé parece de um reducionismo assinalável e surpreendente. Tal corresponderá possivelmente mais a extrapolações adultomorfas do que à compreensão da fantasia infantil. Chodorow (2004) argumenta que, para que tal reducionismo seja ultrapassado, é necessário um foco na construção individual da masculinidade, feminilidade e sexualidade. As bases internas (i.e., do corpo, do campo do desejo, etc...) e externas (i.e., cultura, família) são importantes e têm diferentes pesos em cada pessoa.

A identidade primária humana é, para Alizade (2002), prévia à instalação da identidade nuclear de género, pelo que a identificação primária é efetuada indistintamente com a mãe ou com o pai. O conceito de ser está para além das noções de completo/incompleto, bom/mau, feminino/masculino. O género está sujeito a condicionantes culturais e ideologias que fixam padrões de conduta e diversos estereótipos. Os estudos sobre género enfatizam as heterogeneidades e subjetividades, devendo afastar-se das categorias universais.

Contudo, num contexto tradicional quanto aos papéis de género, compreende-se que, em muitos casos, os modelos de identificação mais preponderantes para características como a assertividade ou o empreendedorismo pertençam ao sexo masculino (e.g., o pai, um tio), já que, ao longo de vários séculos, estas foram incentivadas nos homens e desencorajadas nas mulheres. Todavia, a partir do momento em que as fronteiras entre géneros se esbatem em termos de papéis sexuais e características aceites, indivíduos de ambos os sexos vão assumindo configurações mais *andrógenas* na sua personalidade (Twenge, 1997). Como tal, se é cada vez mais provável que uma mulher assuma características instrumentais, é

expectável que se ofereça enquanto figura de identificação para as mesmas, o que retira a sua pressuposta qualidade *genderizada*.

Para além do desenvolvimento psicosexual. Além da visão da mulher veiculada pelas teorias do desenvolvimento psicosexual da mulher, é interessante vermos também a patente nos restantes escritos psicanalíticos. Aqui, temos, por um lado, observações soltas acerca das mulheres, pouco integradas em teorias coerentes. Por outro, temos a mulher/mãe das teorias acerca da psicogénese das diversas psicopatologias.

Quanto às observações menos integradas teoricamente, a sua amplitude é muito extensa. Contudo, a mulher é, geralmente, definida antagonicamente ao homem e associada ao materno, à dor, aos afectos, à carência, ao outro passivo, a uma menor distinção self-objecto, ao objecto que não tem palavras (Millonschik, 2002; Fiorini, 2002). São comuns, também, afirmações quanto às características das mulheres em relações amorosas, como por exemplo críticas quanto às suas escolhas de parceiros e ênfase na menor capacidade da mulher para amar o parceiro libidinal de um modo não narcísico.

Quanto à mulher da “psicogénese familiar” da psicopatologia, muitos psicanalistas partilham da visão lacaniana em que a mãe/mulher se situa na pré-história individual, aquém do simbólico (Mitchell, 2000). Seria o pai/homem o introdutor do pensamento simbólico e impositor da Lei, bem como o “salvador” da simbiose, pelo que a não passagem da mãe para o pai enquanto objecto preponderante traria consequências psicopatológicas (Zimerman, 1999).

Existem, também, referências frequentes aos perigos e consequências danosas de uma “mulher/mãe fálica” (Zimerman, 1999). Este termo remonta a Freud, que descreveu a fantasia e medo masculinos da mulher possuidora de um pénis, os quais estariam muito activos nos homens fetichistas (Bak, 1968). Contudo, foi utilizado posteriormente de um modo muito mais amplo e carece geralmente de uma definição precisa. Pese esta indefinição, aparece ligado a mulheres que alegadamente denegam a sua condição de castradas e, conseqüentemente, se apoderam do falo (i.e., do masculino, de atributos ditos masculinos), não acedendo à experiência psicológica de falta (do falo). Isto porque não conseguem compensar a sua castração com um investimento nos atributos ditos femininos – i.e., a beleza, o ser objecto de desejo, a passividade. Zimerman (1999) alerta para o perigo de se estabelecer um paralelo entre o termo “mulher fálica” e a condição de mulher emancipada e com aspirações profissionais vincadas.

Objetivos do Estudo

Neste sentido, tendo em conta não só o corpo teórico da Psicanálise como também as próprias características conservadoras da sociedade portuguesa – as quais poderão suscitar uma aceitação maior, explícita como implícita, dos pressupostos patentes em algumas das teorias psicanalíticas mais antigas – torna-se importante estudar a representação da mulher nos Psicólogos e futuros Psicólogos portugueses. Neste estudo, procurava explorar-se: (1) quais as representações associadas às mulheres, incluindo as características associadas às mulheres; (2) o grau de aceitação de algumas ideias da Psicanálise sobre as mulheres; (3) se e como estas duas variáveis se relacionam entre si; (4.1) se estas se encontram ligadas a variáveis de ordem pessoal (e.g., idade, sexo, orientação sexual) e (4.2) profissional/social (profissão, área da psicologia, modelo teórico preferido, universidade de formação).

Método

Delineamento

O presente estudo enquadra-se num paradigma construtivista, na medida em que procura conhecer múltiplas construções sociais de significado (Robson, 2002). Apresenta um cariz exploratório, visto que não visava confirmar hipóteses mas antes conhecer alguns aspetos de uma temática ainda pouco estudada. Em termos temporais, segue um delineamento Transversal, visto que os dados foram recolhidos num só momento. Quanto ao tipo de dados, o delineamento seguido foi misto, comportando dados qualitativos e quantitativos.

Amostra

A amostra do presente estudo foi constituída por 101 sujeitos (34 Psicólogos, 20 estudantes de Psicologia do 4º ano, 47 estudantes de Psicologia do 5º ano), com idades compreendidas entre os 21 e os 52 anos ($m = 27,2$ anos; 73% dos sujeitos com menos de 30 anos). Relativamente ao sexo dos participantes, 16 (16%) pertencem ao sexo masculino e 85 (84%) ao sexo feminino. Em termos de orientação sexual, 89% dos participantes classificou-se enquanto heterossexual, 2% homossexual, 6% bissexual, ao passo que 3% não respondeu ou classificou-se em outra denominação.

A Universidade de formação mais representada foi o ISPA-IU, com 77 sujeitos, seguida do ISCTE e da U. Lusófona, cada com 5 sujeitos, e da U. Clássica e U. de Coimbra, cada com 3 sujeitos. Quanto à área da Psicologia, 64 sujeitos encontravam-se ligados à Psicologia Clínica, 18 a Educacional, 16 a Psicologia das Organizações e 3 a Psicologia da Saúde. Cerca de metade dos sujeitos da amostra reportou identificar-se mais ao modelo Psicanalítico; 34% ao modelo Cognitivo-Comportamental, 11% ao modelo Fenomenológico-Existencial; 4% ao Integracionista; 2% ao modelo Sistémico e apenas 1% a outro modelo.

O método de amostragem utilizado foi não aleatório, por conveniência, embora tenha seguido três procedimentos paralelos: (1) distribuição e aplicação direta a sujeitos que frequentam o ISPA-IU; (2) distribuição em clínicas de Psicologia e associações de Psicanálise de Lisboa; (3) método *snowball*.

O principal critério que os sujeitos tinham de preencher para a sua inclusão na amostra era ser Psicólogo/a ou estudante de Mestrado em Psicologia (4º/5º ano). Este critério é fundamentado essencialmente por duas razões, as quais podem ser consideradas subcritérios: (1) garante alguma formação teórica e técnica acerca do funcionamento do Ser Humano,

conferindo a estes sujeitos, de certo modo, o *estatuto de “especialista”*; (2) apesar de francamente variável de acordo com a Instituição de formação, este critério pressupõe algum *conhecimento sobre o modelo psicanalítico*, o que minimizará à partida os erros de medida, decorrentes da falta de compreensão do vocabulário psicanalítico, na ECTPM.

Decorrente do critério *Compreensão dos conceitos psicanalíticos*, existiu, propositadamente, uma sobrerepresentação dos alunos do ISPA-IU nesta amostragem. O ISPA-IU possui 3 Unidades Curriculares semestrais de cariz marcadamente psicanalítico (i.e., Psicologia Psicanalítica I e II, Métodos de Avaliação II), bem como 3 Unidades Curriculares que, embora não se centrem exclusivamente no modelo psicanalítico, o abordam de modo relativamente aprofundado (i.e., Epistemologia e Modelos Teóricos da Psicologia, Psicopatologia Geral I e II) nos 3 primeiros anos do Mestrado Integrado em Psicologia. Pelo contrário, na Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, não existe nenhuma Unidade Curricular essencialmente psicanalítica nos 3 primeiros anos do curso, sendo o modelo Psicanalítico abordado somente em 2 Unidades Curriculares (Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa, 2011). Assim, independentemente da área do Mestrado, é possível pressupor alguma familiaridade com os conceitos básicos da Psicanálise em alunos de 4º ano do ISPA-IU, algo que não pode ser garantido com os discentes do mesmo ano da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa.

Instrumentos

O método de recolha de dados utilizado no presente estudo foi um questionário de autopreenchimento, apresentado sob forma escrita. Neste, constavam questões sociodemográficas, bem como dois instrumentos desenvolvidos de base para esta investigação.

TRIC. O *Teste semiprojectivo da representação da mulher* (TRIC, ver Anexo A) é um teste semiprojectivo de completamento de frases. O seu objetivo prende-se com a exploração das representações da mulher, através da análise dos conteúdos que os sujeitos associam à mulher. A versão aplicada aos sujeitos era composta por 9 questões abertas, focadas em 3 dimensões: Representação (i.e., *Para mim, a mulher é...*); Ideal (i.e., *Na minha opinião, a mulher ideal é...*); Comportamento (i.e., *Quando estou com uma mulher, eu...*). Uma das questões foi retirada da análise, pelo que a versão final perfaz 8 questões.

As categorias extraídas das respostas dos sujeitos agrupam-se em 5 eixos (ver síntese na *Figura 1*). O primeiro eixo, *Foco*, é cotado em conjunto com todos os restantes e

corresponde ao processo inerente à resposta do sujeito, ou seja, é centrado sobretudo na forma da resposta. De um modo geral, responde à questão “Qual o ponto de partida do sujeito para abordar a representação da mulher?”. Este pode ser o *Próprio* sujeito, ou seja, incidir sobre o que o próprio sente ou faz perante *Mulheres*, ou sobre indivíduos da sua vida. Aqui, subdivide-se em respostas *Foco no Próprio/Narcísicas*, *Foco no Próprio/Sentimento* e *Foco no Próprio/Identificação*. O *Foco* da resposta pode, em alternativa, ser a *Mulher* (ou *as mulheres*), onde o sujeito recorre à sua representação(ões) para atribuir características pessoais ou sociais específicas à *Mulher*. Encontra-se, portanto, subdividido em *Foco na mulher/Características pessoais* e *Foco na mulher/papel e posição sociais*. Por último, o sujeito pode não focar-se em si próprio e não dar adjetivos específicos que caracterizem uma representação vincada da mulher, mas antes oferecer respostas mais inespecíficas, recusando uma visão da *Mulher* como um todo ou veiculando uma representação pouco delimitada. Esta categoria foi denominada *Generalizações/Subjetivações* (e.g., “(A mulher é...) *Um máximo*”, “*Diferente do homem*” ou “*Cada ser humano é único*”).

O segundo eixo, *Valência*, diz respeito à positividade, negatividade, ambivalência ou neutralidade patentes na resposta dada, independentemente dos restantes eixos. Cada unidade de significado é cotada enquanto *Neutra*, *Positiva*, *Negativa* ou *Ambivalente*, sem se ter em conta a intensidade dessa valência. Apenas nas respostas *Foco no próprio – narcisismo* e *Foco no próprio – identificação* não é atribuída, geralmente, uma valência. A exceção ocorre na resposta à Questão 5 – i.e., *A mulher que eu gostaria de ser...* -, onde ocorrem respostas *Narcísicas* sob a forma de autocríticas (e.g., “*menos pesada*”, “*mais proactiva*”). Aqui, a cada unidade de significado foi atribuída uma cotação secundária, com *Valência Ambivalente*.

Quanto ao 3º eixo, *Contexto*, remete para a esfera (profissional, relacional ou outra/não específica) que os sujeitos associam à mulher. Este eixo é extraído exclusivamente quando se encontrava explícito (e.g., “(A mulher é...) *Uma força de trabalho*”) ou quando as respostas remetem para a *Posição Social* da mulher (e.g., “*Ainda luta pelos mesmos direitos*”). O quarto eixo diz respeito ao *Conteúdo* dos adjetivos associados à mulher, sendo estes divididos em: (1) *Instrumentais*, (2) *Comunais/Expressivos*, (3) *Morais*, (4) *Aparência/Sexuais* e (5) *Outros*.

Este agrupamento baseia-se na divisão geralmente efetuada nos artigos empíricos e instrumentos de *masculinidade/feminilidade* (ver Bem, 1974, e Fernández, Quiroga, Olmo & Rodríguez, 2007). Nestas, as características *Instrumentais*, ligadas ao masculino, encontram-se ligadas ao domínio instrumental e social à agência – e.g., decisão, ambição, agressividade, inteligência (Echabe, 2010). As características *Comunais/Expressivas*, tradicionalmente

ligadas ao feminino, centram-se, essencialmente, no apoio à família/comunidade e no bem-estar dos outros – e.g., empatia, sensibilidade, compreensão, ternura (Echabe, 2010).

Categorizam-se em conteúdos *Morais* todas as características ligadas à ética e ao “fazer o bem” que não sejam abrangíveis pela categoria *Comunal/Expressiva*, ou seja, menos centradas no contexto relacional (e.g., “responsável”, “com valores”). Por sua vez, os conteúdos *Aparência/Sexualidade* remetem para a erotização da mulher (e.g., “sedutora”) e para características físicas/de aparência (e.g., “bela”, “roupa”). Estas últimas incluem, por uma questão de síntese, características não diretamente sexualizadas mas ainda assim consideradas mais superficiais e de aparência (e.g., “(Numa mulher, estou mais atento a...) À forma como se expressa” ou “Aos seus gestos”). São categorizáveis em *Outros* todas as características não abrangidas pelas categorias anteriores (e.g., “sentido de humor”, “multifacetada”, “complexa”).

O terceiro e o quarto eixo, pela sua especificidade, são extraídos unicamente das respostas categorizáveis em *Foco na mulher* ou *Foco no Próprio – narcisismo*. Por exemplo, uma resposta *Narcísica* com conteúdo associado será “(Quando estou com uma mulher, eu...) “Seduzo e espero ser seduzido”, visto que o sujeito está eminentemente centrado em si, mas simultaneamente está a associar conteúdos de *Aparência/Sexuais* à mulher.

O 5º eixo é dicotómico e remete para a existência ou ausência de uma comparação direta entre a mulher e o homem em cada unidade de significado, sempre que tal não é pedido ou quando a comparação é o elemento central da resposta (e.g., “(Comparativamente aos homens, as mulheres são...) *Diferentes*”).

No final, são efetuadas contagens simples do número de vezes que cada Categoria de cada Eixo surge no protocolo do sujeito. Em algumas unidades de significado, mais ambíguas, são efetuadas duas cotações – uma principal, na qual cada categoria vale 1 ponto na contagem final; e uma *tendência*, onde cada categoria cotada vale 0,5 pontos na contagem final.

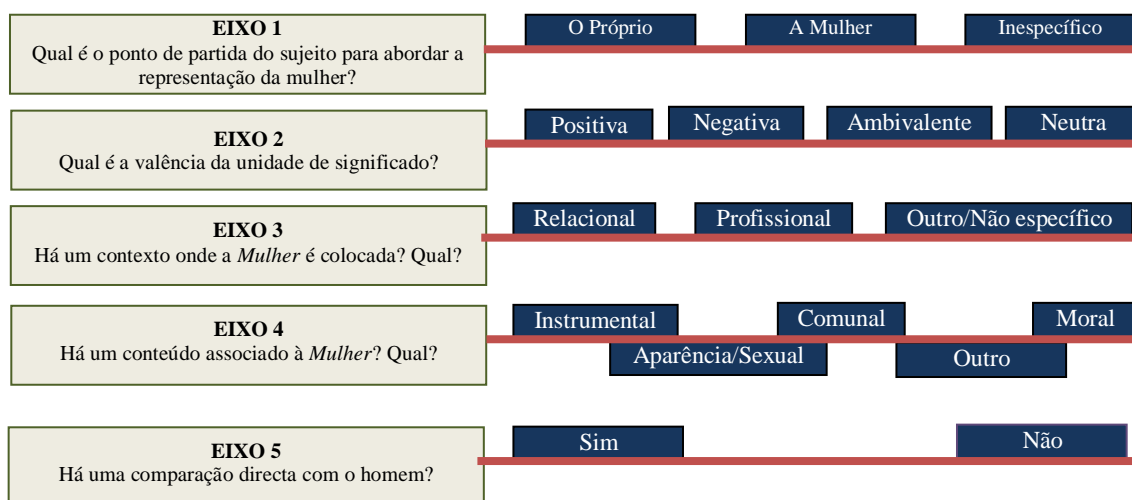


Figura 1. Eixos de análise da TRIC.

ECTPM. Por sua vez, a *Escala de concordância com as teorias psicanalíticas acerca da mulher* (ECTPM, ver Anexo B) é uma escala tipo Likert com 5 níveis de resposta (1 – *Discordo totalmente* a 5 – *Concordo totalmente*). Tem como objetivo aferir o grau de acordo dos sujeitos com afirmações da Psicanálise acerca da mulher. Foi aplicada aos sujeitos uma versão composta por 48 itens, embora a configuração final da mesma, alcançada após a análise da fidedignidade, sensibilidade e validade fatorial dos vários itens, prefigure 45 itens (41 sem a dimensão *Extremos Freudianos*). Cada um deles remete para afirmações de algumas teorias psicanalíticas acerca da mulher, sendo pedido aos sujeitos que explicitem o seu grau de acordo com cada afirmação.

Na configuração final, os itens encontram-se divididos em 6 dimensões: *Freudianos* (13 itens), *Identificação Materna* (9 itens), *Feminilidade Primária* (5 itens), *Psicopatologia* (6 itens), *Outros* (8 itens) e *Extremos Freudianos* (4 itens) (ver Anexo B). As dimensões *Freudianos*, *Extremos Freudianos*, *Identificação Materna* e *Feminilidade Primária* correspondem a afirmações retiradas das respetivas teorias do desenvolvimento psicosexual (ver Introdução). Por sua vez, os *Outros* são constituídos por algumas afirmações transversais a várias teorias psicanalíticas (e.g., “*O pai e a mãe são os mais importantes modelos que determinam o masculino e o feminino, respetivamente*”) e outras menos ancoradas em teorias vastas, mas ainda assim presentes em artigos psicanalíticos (e.g., “*As mulheres amam essencialmente para se sentirem amadas (narcisadas)*”). A dimensão *Psicopatologia* é constituída por afirmações de teorias psicanalíticas relativas às consequências do meio primário/familiar, na sua polaridade de género, no desenvolvimento normal ou psicopatológico do Ser Humano (e.g., “*Não reconhecer que a mãe não tem o falo (o poder)*”).

tem consequências psicopatológicas para a criança” ou “Sem a intervenção do pai, a mãe deixa-se ficar numa díade fusional com o(a) seu(sua) filho(a)”).

A média simples destas dimensões constituiu o *Grau de Acordo com as Teorias Psicanalíticas acerca da mulher*, tendo sido calculada uma medida tendo em conta o score nos *Extremos Freudianos* e outra sem esta dimensão. Todos os itens, exceto os da dimensão *Extremos Freudianos*, respeitam as normas de sensibilidade e seguem uma distribuição aproximada à normal (ver Anexo C). Todas as dimensões, exceto a *Feminilidade Primária* ($KMO = 0,57$), revelaram uma consistência interna satisfatória ($KMO \geq 0,62$). Pela amplitude dos itens de cada dimensão, os fatores extraídos em cada dimensão não foram interpretados ou utilizados (ver Procedimento). Contudo, uma análise fatorial exploratória das dimensões finais extraiu um único fator significativo, com uma consistência interna boa ($KMO = 0,74$), pelo que as dimensões covariam significativamente entre si e é justificável utilizar uma medida global das mesmas (i.e., o *Grau de Acordo com as Teorias Psicanalíticas acerca da mulher*).

Procedimento

Elaboração dos instrumentos. Após uma primeira elaboração dos itens constituintes de cada instrumento, os mesmos foram apresentados a 5 sujeitos pertencentes à população alvo, sendo-lhes pedido que efetuassem um raciocínio em voz alta acerca de cada item, de modo a aferir a sua validade facial. Do mesmo modo, foi solicitada a apreciação por parte de um perito, com o intuito de garantir uma validade de conteúdo adequada. Ambos os instrumentos foram, posteriormente e após os ajustes decorrentes dos dois procedimentos anteriores, pré testados numa amostra de 9 sujeitos pertencentes à população alvo.

TRIC. Num primeiro momento, e de acordo com a leitura de diversos artigos sobre a forma como a mulher é representada e definida, foi estipulado que as dimensões a explorar seriam a representação (que remete para os conteúdos que os sujeitos efetivamente associam às mulheres), o ideal (o que os sujeitos evocam como sendo as características desejáveis numa mulher) e o comportamento (o que os sujeitos reconhecem como sendo o seu próprio comportamento com mulheres). Para cada uma das dimensões, foram elaboradas 3 questões. Cada uma delas correspondia a uma frase incompleta, com uma formulação o menos diretiva possível, a completar pelo sujeito.

Na primeira apresentação do instrumento a sujeitos pertencentes à população-alvo, foi verificado que os itens tinham uma boa validade facial, sendo que foram reconhecidos enquanto itens relativos à representação da mulher. Verificou-se, em alguns sujeitos, uma

sobreposição de respostas entre itens das mesmas dimensões. Contudo, os itens foram mantidos inalterados, na medida em que esta sobreposição não era generalizada e, por conseguinte, continuaria a ser útil a existência de formulações distintas para a mesma dimensão. A questão “Sem as mulheres, o mundo seria...” foi retirada da análise por suscitar respostas muito díspares com as das restantes questões, as quais necessitariam de uma análise paralela à das restantes questões.

ECTPM. Os itens que constam deste instrumento constituem, na sua maioria, citações de diversos artigos e manuais ligados à Psicanálise, algumas das quais traduzidas livremente do inglês ou do francês. Outros, por nos textos correspondentes não existir uma frase direta e sucinta que resumisse a teoria apresentada, representam um resumo da mesma. É de referir, ainda, a existência de alguns itens que considerámos implícitos nas Teorias Psicanalíticas em causa, nomeadamente “O pai e a mãe são os mais importantes modelos que determinam o masculino e o feminino, respetivamente”.

Assim, os itens encontram-se agrupados em *Teorias Freudianas*, *Teorias ligadas à feminilidade primária*, *Teorias da Identificação materna*, *Psicopatologia* e *Outras Teorias*. Apesar deste agrupamento, baseado na literatura, não era expectável que uma análise fatorial exploratória da escala viesse a corroborar estas dimensões. Em primeiro lugar, porque os próprios teóricos da Psicanálise subscrevem muitas vezes alguns aspetos de uma dada teoria (e.g., a *Freudiana*), rejeitando simultaneamente outros e procurando explicações noutras teorias (e.g., nas *Teorias da Feminilidade Primária*). Em segundo lugar, porque os itens cobrem uma área vasta dos constructos pretendidos. Por exemplo, para o mesmo constructo, *Grau de acordo com as teorias Freudianas acerca da mulher*, existiam itens tão distintos como “No seu desenvolvimento, as mulheres têm de renunciar às pulsões masculinas” e “As mulheres procuram sempre num homem o próprio pai”, os quais remetem para partes distintas da teoria e, como tal, podem não covariar de um modo particularmente significativo.

Após o pré-teste, foi efetuada uma primeira análise tendo como foco averiguar a sensibilidade dos itens, bem como se as respostas aos itens tendiam a seguir uma distribuição aproximada à distribuição normal. Nesta sequência, e também de acordo com as verbalizações dos sujeitos aquando do preenchimento, alguns itens foram reformulados (ver Tabela no Anexo D). A configuração de 48 itens, prévia à análise fatorial e à análise da fidedignidade (Anexo D), foi a versão aplicada aos sujeitos do presente estudo.

Assim, as referidas análises estatísticas que permitiram apurar a escala final (Anexo E; Anexo F) foram efetuadas a partir das respostas da amostra desta investigação. Nesta fase,

foi acrescentada uma nova dimensão, *Extremos Freudianos*, constituída pelos itens da teoria Freudiana que revelaram uma sensibilidade muito fraca (mediana amostral no nível 1, *Discordo totalmente*). Dois dos itens da dimensão *Identificação Materna* revelaram-se pouco consistentes na respetiva dimensão, pelo que foram retirados. Porém, revelaram uma consistência satisfatória quando inseridos na dimensão *Outros*, a qual possui itens de várias teorias e alguns considerados transversais à Psicanálise. Como tal, foram incluídos nessa dimensão.

Distribuição, aplicação e recolha dos questionários. Após a elaboração dos instrumentos, estes foram reunidos num questionário, tendo sido ao todo distribuídos 500 questionários por sujeitos pertencentes à população-alvo.

A distribuição e recolha dos questionários seguiram, em detalhe, os seguintes procedimentos: (1) Distribuição e aplicação direta a sujeitos que frequentam o ISPA-IU, alunos, formandos e professores. Estes questionários foram distribuídos eminentemente durante o período da tarde, em vários dias da semana e durante o fim-de-semana e ao longo de três meses. (2) Entrega de questionários a vários sujeitos, tanto a alunos e professores do ISPA-IU como a indivíduos que não se encontram ligados à Psicologia, sendo-lhes pedido que os distribuíssem por colegas de turma, estágio ou consultório, amigos e pessoas conhecidas que preenchessem os critérios para a inclusão na amostra (método *snowball*). (3) Adicionalmente, foram deixados questionários na sede da Sociedade Portuguesa de Psicanálise, na Psiconos e na sede da Associação Portuguesa de Psicanálise e Psicoterapia Psicanalítica.

Devido não só às contingências dos contextos onde os questionários foram distribuídos, mas também à extensão dos instrumentos, o preenchimento da maioria dos questionários não ocorreu presencialmente. Os mesmos foram recolhidos através de (1) devolução direta à investigadora, por parte dos sujeitos que responderam; (2) devolução indireta à investigadora, efetuada pelas várias pessoas que distribuíram os questionários; (3) devolução na reprografia do ISPA-IU, sendo posteriormente recolhidos pela investigadora.

Tratamento de dados. Para a análise dos resultados, construiu-se uma base de dados no programa estatístico SPSS (v. 17.0.0; SPSS Inc, Chicago, IL). O nível de significância para todas as análises efetuadas foi de 5%. Para as comparações entre médias, foram utilizados testes paramétricos sempre que cumpridos os pressupostos de normalidade e homocedasticidade, exceção feita às Anovas *Two-Way*, efetuadas com dados não-paramétricos

por não existir uma alternativa não-paramétrica equivalente (Brace, Kemp & Snelgar, 2006). Para a TRIC, foram sempre utilizados testes não-paramétricos.

Quanto aos dados qualitativos da TRIC, foi efetuada uma análise de conteúdo de acordo com o método de Bardin (2004), onde foram definidas as dimensões a extrair dos dados. As unidades de significado foram analisadas separadamente para cada dimensão, de acordo com a grelha que consta no Anexo G. Posteriormente, foram contabilizadas as respostas de cada categoria, tanto nas várias dimensões como no total (ver Anexo H). As contagens das várias categorias foram inseridas no SPSS. Sumariamente, os valores utilizados na análise dos resultados são o quociente entre o número de respostas cotáveis numa dada categoria (e.g., número de respostas *Foco no próprio* na dimensão *Ideal*) e o número total de respostas na dimensão correspondente (e.g., número total de respostas na dimensão *Ideal*). As fórmulas utilizadas encontram-se em mais detalhe no Anexo I.

Para algumas análises, as pontuações na TRIC foram agrupadas em categorias discretas (i.e., no *Grau de Positividade*, grupos *Positividade Negativa*, *Neutra*, *Média*, *Positiva* e *Extremamente Positiva*). Os grupos utilizados encontram-se em mais detalhe no Anexo J. Contudo, importa referir que estes grupos não foram obtidos por meio de um cálculo rigoroso de número de desvios-padrão em relação à média, visto que pela dimensão da amostra tal faria com que alguns dos grupos ficassem reduzidos a 2 ou 3 sujeitos. Por esta razão, em cada variável, constituiu-se um grupo que englobasse a média e calcularam-se os grupos extremos de modo a que incluíssem no mínimo 8 sujeitos.

Resultados

Por uma questão de síntese, neste capítulo apresentaremos somente os resultados considerados mais relevantes entre as várias análises efetuadas. As restantes análises encontram-se nos Anexos K a N.

TRIC

Na TRIC, verificaram-se tendências de resposta diferentes (ver *Figura 2*) de acordo com as dimensões (*Representação, Ideal e Comportamento*). Os sujeitos tenderam, em média, a centrar-se mais em si próprios e nos seus sentimentos quando questionados acerca do seu *Comportamento* com mulheres ($p < 0,001$ para todas as comparações), o que era solicitado pela formulação das questões. Ainda assim, centraram-se significativamente mais em si próprios quando se referiam ao *Ideal* de mulher do que à *Representação* da mesma ($p < 0,001$).

No total, as *Generalizações* perfazem, em média, cerca de 14% das respostas, existindo uma preponderância das *Generalizações Neutras/Subjetivações* sobre as *Generalizações com Valência* ($p < 0,001$). Não há maior prevalência de *Generalizações neutras* em nenhuma das dimensões da TRIC. Tanto as *Generalizações com valência* como o total de *Generalizações* são mais frequentes na *Representação* da mulher do que nas restantes dimensões ($p < 0,001$). Ou seja, os sujeitos tendem a dar uma imagem menos precisa da mulher quando solicitados a definir o que as mulheres são efectivamente do que ao definir a mulher ideal e as mulheres na interação com o próprio.

Quanto às respostas focadas na mulher, estas foram mais frequentes quando era solicitado o *Ideal* de mulher ($p < 0,013$) e menos frequentes quando solicitado o *Comportamento* ($p < 0,001$). A *Representação* da mulher encontra-se menos ligada a uma atributos específicos da mulher do que o *Ideal*, mas mais do que o *Comportamento*.

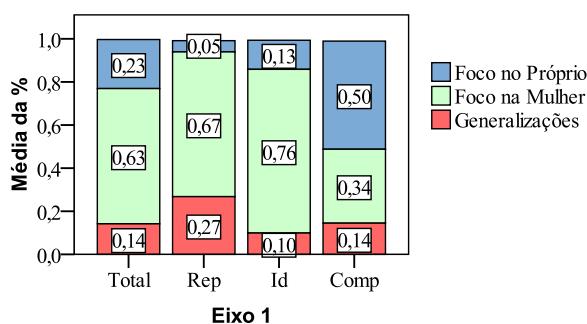


Figura 2. Percentagem média das respostas em cada categoria do Eixo 1 (Foco), no total e por dimensão da TRIC. Rep: representação; Id: ideal; Comp: comportamento.

Nos conteúdos associados à mulher (*Figura 3*), verificou-se um predomínio de respostas *Comunais* na *Representação* da mulher, sendo que a *Instrumentalidade* é mais relevante no *Ideal* de mulher que os sujeitos constroem. Ou seja, de um modo simplificado, podemos dizer que a *Representação* que os sujeitos constroem das mulheres (i.e., o que as mulheres são, efectivamente, para o sujeito) é mais pautada por características *Comunais/Expressivas* do que aquilo que os sujeitos consideram como *Ideal* numa mulher (onde as características *Instrumentais* ganham preponderância). Ao nível do *Comportamento*, contudo, os sujeitos centram-se eminentemente em características mais ligadas à *Aparência/Sexualidade*.

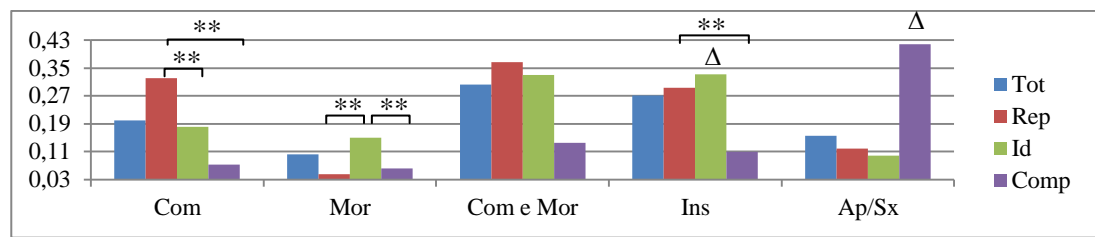


Figura 3. Média amostral nos conteúdos da TRIC. ** - significativo para $\alpha=0,01$; * - significativo para $\alpha=0,05$. Δ - diferença significativa com todas as dimensões. Tot: total; Rep: representação; Id: ideal; Comp: comportamento.

O *Grau de Positividade* foi muito superior no *Ideal* de mulher (cerca de 75%) do que na *Representação* da mulher ($p<0,001$), sendo ambas superiores à positividade no *Comportamento* com mulheres (cerca de 20%; $p<0,001$ para ambas as comparações). Tal significa que os sujeitos associaram mais adjetivos e sentimentos positivos (e menos negativos, ambivalentes e neutros, visto que são todos pesados para calcular o grau de positividade) ao seu *Ideal* de mulher do que na *Representação* que têm das mulheres. Quando solicitados a descrever o seu *Comportamento* com mulheres, os sujeitos são muito menos positivos, fornecendo mais respostas de valência negativa, ambivalente e neutra.

Dentro das respostas de *Foco no Próprio*, é de salientar que o *Ideal* suscitou mais respostas narcísicas/autocentradas do que as restantes categorias ($p<0,001$ para todas as comparações). Na *Representação* da mulher, as respostas narcísicas foram menos frequentes do que em todas as outras categorias ($p<0,001$ para todas as comparações).

Diferenças de acordo com dados sociodemográficos. No que diz respeito às diferenças na TRIC de acordo com as variáveis pessoais, foi no *Sexo* e na *Idade* dos sujeitos que estas ocorreram com maior frequência.

Quanto ao foco de referência dos sujeitos para abordar a representação de mulher (Figura 4), é de referir que os homens dão mais *Generalizações* e respostas focadas em si próprios – nesta última, excepto no *Comportamento* – do que as mulheres, sendo esta diferença significativa ao nível da *Representação* da mulher ($p_{\text{generalizações}}=0,038$; $p_{\text{foco no próprio}} < 0,001$). As mulheres dão mais respostas focadas na Mulher do que os homens em todas as dimensões excepto no *Comportamento*, embora esta diferença só seja significativa na *Representação* ($p=0,013$).

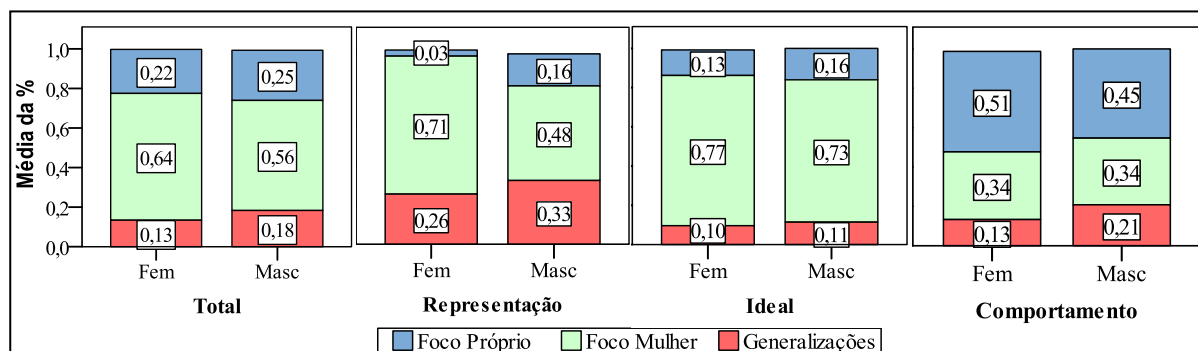


Figura 4. Percentagem média das respostas de homens e mulheres em cada categoria do Eixo 1 (Foco), no total e por dimensão da TRIC.

As mulheres tendem a construir uma representação mais positiva da mulher em relação aos homens, excepto ao nível do *Comportamento*, onde os homens reportam mais sentimentos e adjectivos positivos (Figura 5). Os homens dão tendencialmente mais respostas auto-centradas (narcísicas) do que as mulheres, embora estas diferenças só sejam significativas ao nível da *Representação*.

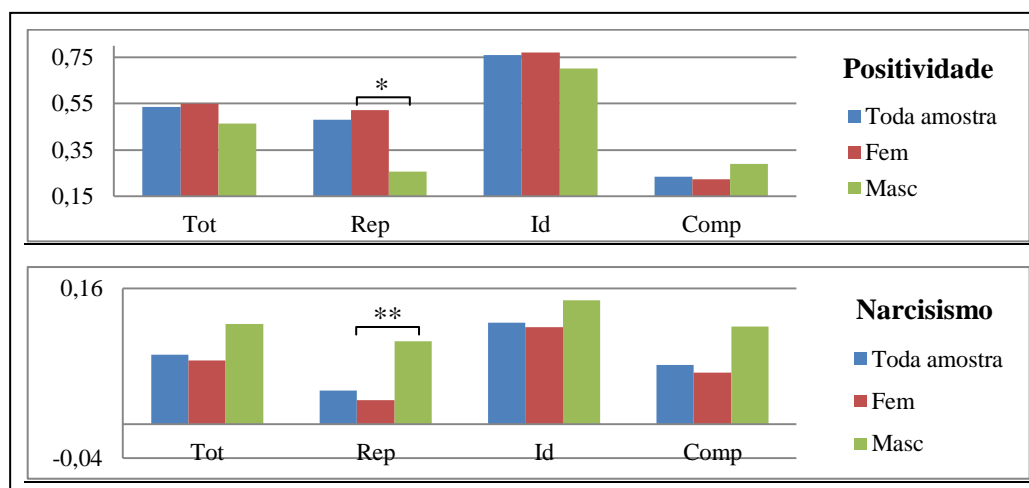


Figura 5. Médias na TRIC, em toda a amostra e por sexo. Tot – total; Rep – Representação; Id – Ideal; Comp – Comportamento. * - diferença significativa para $p=0,05$; ** - diferença significativa para $p=0,01$.

Nos conteúdos associados à mulher, houve também diferenças a assinalar (*Figura 6*). Embora as mulheres reportem mais características *Comunais* na sua *Representação* das mulheres, os homens colocam mais características *Comunais* no seu *Ideal* de mulher. As mulheres associam menos características *Morais* às mulheres, na representação das mesmas. Dão ainda mais respostas *Instrumentais* em todas as dimensões da TRIC, sendo esta diferença mais significativa quanto ao *Ideal* de mulher. Por sua vez, os homens associam mais conteúdos *de aparência/sexuais* às mulheres, tanto ao nível do *Ideal* de mulher, como no comportamento com mulheres. Contudo, em alguns dos homens da amostra, no comportamento as respostas *Aparência/Sexuais* surgiram associadas não a um foco na mulher, mas a um foco narcísico no próprio (e.g., “(Quando estou com uma mulher, eu...) Espero seduzir e ser seduzido”), o que aumentou a proporção deste tipo de respostas.

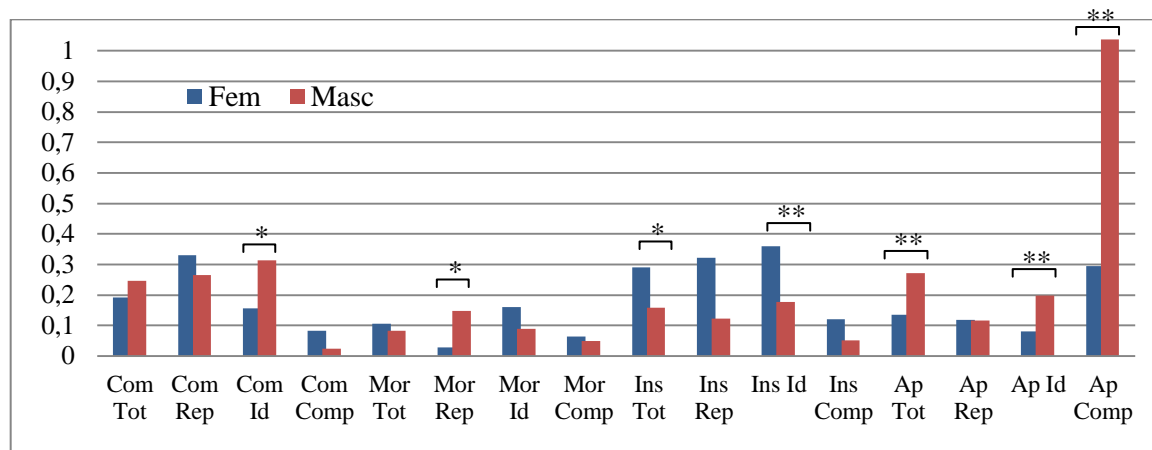


Figura 6. Médias nos *Conteúdos* da TRIC (Eixo 4), por sexo. Tot – total; Rep – Representação; Id – Ideal; Comp – Comportamento. Com – Comunalidade; Mor – Moralidade; Ins – Instrumentalidade; Ap – Aparência/Sexualidade. * - diferença significativa para $p=0,05$; ** - diferença significativa para $p=0,01$.

No que diz respeito à idade, esta encontrou-se positivamente correlacionada com a quantidade de respostas auto-centradas (Narcísicas) no que diz respeito ao *Ideal* de mulher ($r=0,23$; $p=0,02$), bem como com a quantidade de respostas centradas nos próprios sentimentos no total da TRIC ($r=0,2$; $p=0,04$). Inversamente, sujeitos mais velhos focam-se menos na mulher e na atribuição de características específicas tanto no *Total* ($r=-0,23$; $p=0,02$) como no *Ideal* de mulher ($r=-0,24$; $p=0,02$).

Agrupando os sujeitos em faixas etárias (*Figura 7*), encontraram-se também diferenças ao nível dos conteúdos associados à mulher. Sujeitos entre os 24 e os 27 anos associam à mulher mais características instrumentais, no total da TRIC, do que sujeitos na

faixa etária dos 32-39 ($p=0,02$). Sujeitos entre os 40 e os 52 anos dão mais respostas instrumentais do que sujeitos das faixas etárias 28-31 ($p=0,02$) e 32-39 ($p<0,01$).

No que diz respeito ao *Racio de tradicionalidade alargado total* (i.e., quantidade de respostas comunais, morais e de aparência por quantidade de respostas instrumentais), sujeitos entre os 32 e os 39 anos revelaram-se significativamente mais tradicionais em termos de conteúdos associados à mulher do que sujeitos entre os 20 e os 23 anos ($p=0,03$), 24-27 ($p=0,01$) e 40-52 ($p=0,001$). Sujeitos entre os 40 e os 52 anos são também significativamente menos tradicionais que aqueles na faixa etária 28-31 ($p=0,02$).

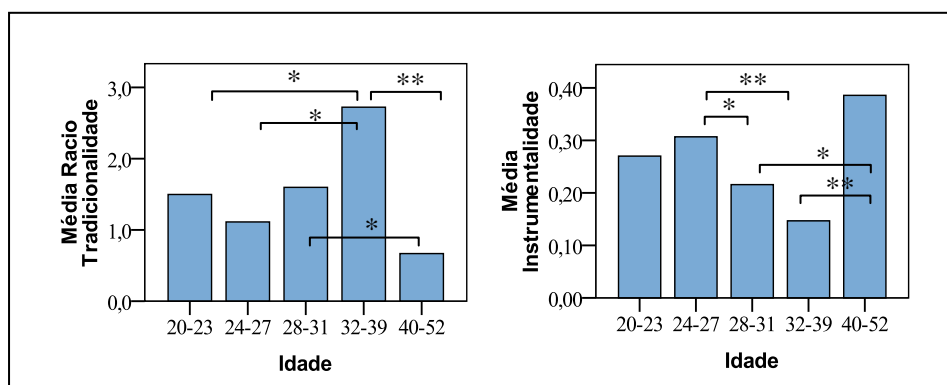


Figura 7. Médias na *Instrumentalidade* e no *Racio de Tradicionalidade* totais, por faixa etária. * - diferença significativa para $p=0,05$; ** - diferença significativa para $p=0,01$.

Quanto à orientação sexual dos sujeitos, numa comparação entre *heterossexuais-não-heterossexuais*, não existiram diferenças significativas.

Relativamente às variáveis profissionais, os Psicólogos apresentam um grau de positividade total significativamente menor do que os estudantes, tanto de 4º como de 5º ano. Nas respostas ao *Ideal* de mulher, são também mais focados em si mesmos do que os estudantes do 4º ano. Os estudantes do 5º ano, por sua vez, dão mais conteúdos *Morais* na *representação* da mulher do que os Psicólogos.

Quanto à Área da Psicologia, os sujeitos de Clínica são menos positivos em relação às mulheres do que os sujeitos de Educacional. Estes, por sua vez, são mais positivos do que os sujeitos de Organizações. Os sujeitos de Clínica associam menos características *Instrumentais* à mulher, no total, do que os sujeitos de Educacional. Os sujeitos de Educacional associam mais características *Instrumentais* ao *Ideal* de mulher do que sujeitos de Clínica e Organizações. Deste modo, os sujeitos de Clínica têm rácios de tradicionalidade superiores aos sujeitos de Educacional, no *Total* e no *Ideal*, e Organizações, no *Total*.

Em termos de modelo teórico no qual os sujeitos se identificam, sujeitos de Psicanálise e Cognitivos revelaram-se mais focados em si próprios e nos seus sentimentos do que sujeitos do modelo Fenomenológico-Existencial. Sujeitos de Psicanálise, Cognitivos e de Outros Modelos deram menos respostas centradas na mulher e seus atributos específicos do que sujeitos do Fenomenológico-Existencial .

Concomitantemente, sujeitos que seguem um modelo psicanalítico efetuam menos generalizações com Valência do que sujeitos Cognitivos e de Outros Modelos. Sujeitos de Outros Modelos associam mais conteúdos *Morais* ao seu comportamento com mulheres do que sujeitos Cognitivo-Comportamentais.

ECTPM

No que diz respeito à ECTPM, é de salientar que as médias amostrais se situaram ligeiramente abaixo do 3 (*Não concordo nem discordo*), pelo que não há uma rejeição ou aceitação clara das teorias psicanalíticas em estudo, exceto nos extremos freudianos, amplamente rejeitados (média = 1,4). Ainda assim, é possível observar que as médias se encontram, em todas as dimensões, mais próximas do nível 2 (*Discordo parcialmente*) do que do nível 4 (*Concordo parcialmente*), o que indica alguma tendência à rejeição destas teorias. Como pode ser constatado no gráfico da *Figura 7*, há um maior acordo com as teorias do Desenvolvimento Psicosssexual da mulher, em especial as pós-freudianas, relativamente àquelas menos interligadas com teorias desenvolvimentais (*Outros*) e as ancoradas em visões mais psicopatológicas (*Psicopatologia*).

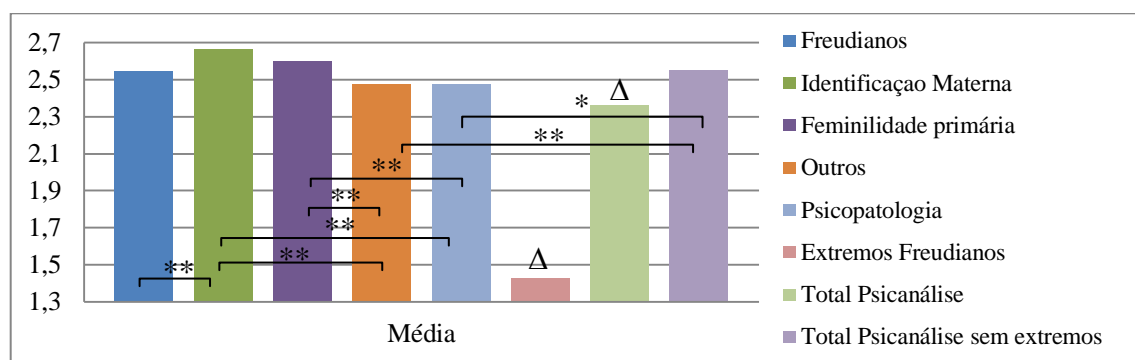


Figura 8. Média amostral nas dimensões da ECTPM. ** - significativo para $\alpha=0,01$; * - significativo para $\alpha=0,05$. Δ - diferença significativa com todas as dimensões. (Teste de Friedman; Análise Post-Hoc: LSD).

Diferenças de acordo com dados sociodemográficos. Nas variáveis sociodemográficas, foi nas variáveis *pessoais* que foram encontradas mais diferenças quanto

ao acordo com as teorias psicanalíticas acerca da mulher. O *Sexo* dos sujeitos, em particular, foi de especial relevo: os homens concordam, em média, mais do que as mulheres em todas as dimensões (*Figura 9*).

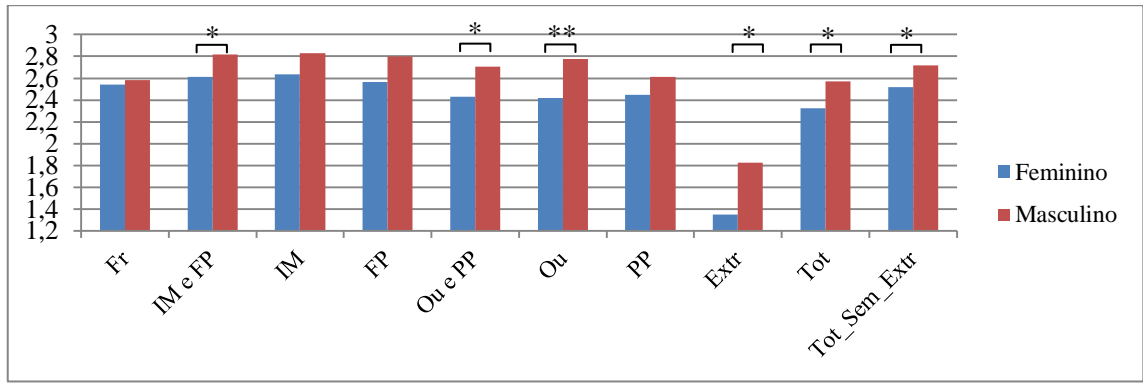


Figura 9. Média por sexos nas dimensões da ECTPM. ** - significativo para $\alpha=0,01$. * - significativo para $\alpha=0,05$. (Anovas: Ou e PP, Tot, Tot Sem Extr. Mann Whitney U: Fp e IM, Ou, Extr).

Quanto à orientação sexual, esta foi simplificada em dois grupos (Heterossexuais, Não Heterossexuais) dado o reduzido número de indivíduos em todas as categorias exceto na *Heterossexual*. As pessoas *Heterossexuais* concordaram mais do que as pessoas *Não Heterossexuais* em todas as dimensões exceto na *Feminilidade Primária* e nos *Extremos Freudianos*. Contudo, as diferenças só foram significativas na dimensão *Outros* (média_{heterossexual}=2,51; média_{não-heterossexual}=2,17; Anova: $p=0,03$) e na *Outros e Psicopatologia* (média_{heterossexual}=2,50; média_{não-heterossexual}=2,24; *Chi-Square*: $p=0,026$).

No que diz respeito à idade, verificou-se que sujeitos mais novos concordam tendencialmente mais com as teorias psicanalíticas. Encontraram-se correlações negativas significativas entre a idade e o grau de acordo com a teoria *Freudiana* ($r=-0,26$, $p<0,01$) e com as teorias ligadas à *Identificação Materna* ($r=-0,21$, $p<0,05$), ou seja, os sujeitos mais velhos concordam menos com estas teorias. Além disso, ao agrupar os sujeitos por idades, verificou-se que sujeitos na faixa etária dos 20-23 anos obtiveram médias ligeiramente superiores, embora não significativas, nas dimensões *Freudianos*, *Identificação Materna* e *Feminilidade Primária* – portanto, as teorias do Desenvolvimento Psicosssexual –, bem como no *Total* com e sem extremos.

Nas variáveis profissionais, verificou-se que *Psicólogos* concordam menos com as teorias *Freudianas* do que os estudantes de 4º ano ($p=0,008$) e os estudantes de 5º ano ($p=0,003$). As restantes diferenças não são estatisticamente significativas, embora se verifique uma tendência para um maior acordo nos *Estudantes* comparativamente aos *Psicólogos*. Estes

últimos demonstraram um maior acordo somente com as dimensões *Outros e Psicopatologia e Outros*.

A *Área da Psicologia e o Modelo Teórico* dos participantes apareceram pouco relacionadas com o acordo com as teorias psicanalíticas.

Entre instrumentos

As pontuações obtidas tanto na escala total como nas diferentes dimensões da ECTPM encontraram-se correlacionadas significativamente com algumas medidas da TRIC (*Figuras a e b*).

Quanto ao acordo total com as teorias psicanalíticas em estudo (*Figura 10*), verificou-se que:

(1) quanto mais o ponto de referência para a representação da mulher, no total, é o próprio e os seus sentimentos, mais os sujeitos concordam com as teorias psicanalíticas;

(1.1) quando, no seu comportamento com mulheres, os sujeitos são mais autocentrados de um modo *narcísico*, concordam mais com as teorias psicanalíticas;

(2) manifestam um maior acordo com as teorias psicanalíticas sujeitos que, no seu comportamento com mulheres, evocam mais características e sentimentos positivos;

(3) concordam mais com as teorias psicanalíticas sujeitos mais centrados nas características específicas da mulher no seu comportamento com mulheres;

(3.1) em termos de conteúdos, há uma maior aceitação das teorias psicanalíticas, embora somente quando os *Extremos Freudianos* são tidos em conta, por parte de sujeitos que associam mais conteúdos *morais* à sua representação das mulheres e conteúdos *de aparência/sexuais* ao seu comportamento com mulheres.

Por último, (4) sujeitos que mais dão respostas que veiculam uma imagem genérica e vaga da mulher (*Generalizações/Subjetivações*) nas várias dimensões concordam menos com as teorias psicanalíticas em estudo.

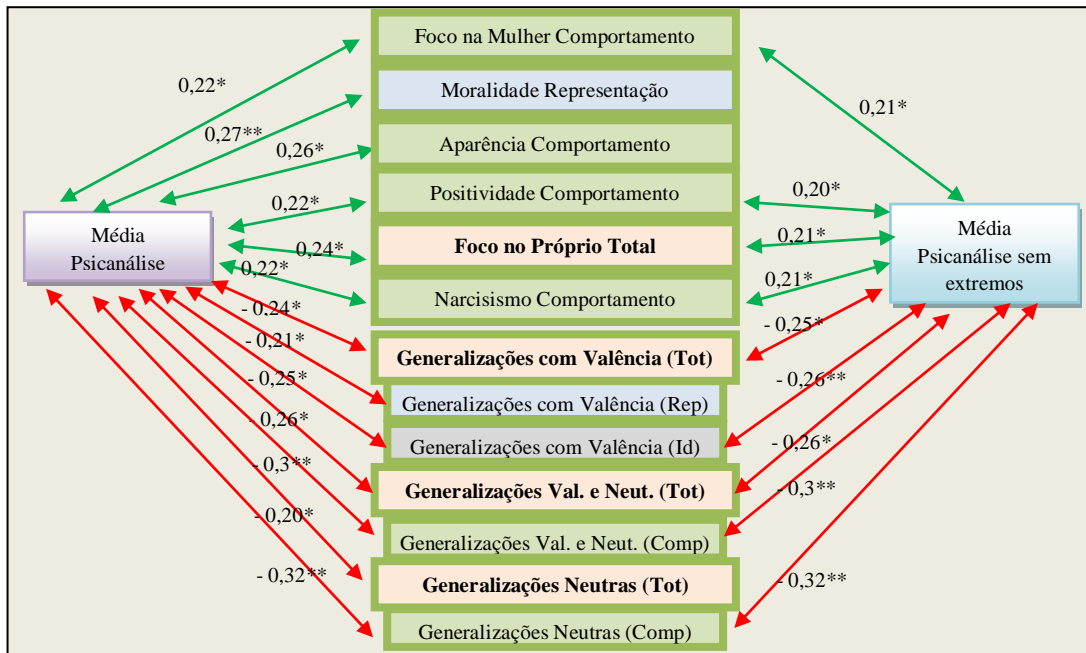


Figura 10. Correlações significativas entre as pontuações totais na ECTPM e Categorias da TRIC. A laranja, categorias no *Total* da TRIC; a azul, categorias na *Representação*; a cinza, categorias do *Ideal*; a verde, categorias na dimensão *Comportamento*.

No que diz respeito às dimensões da ECTPM, estas surgiram associadas a diferentes categorias da TRIC. Sujeitos com um *rácio de conteúdos mais tradicional* (i.e., mais conteúdos comunais e morais e menos instrumentais associados à mulher) concordam mais com as teorias Freudianas, nomeadamente com os Extremos (Figura 10). Quanto mais os sujeitos dão respostas focadas em características e atributos específicos das mulheres no seu comportamento com mulheres, mais concordam com as teorias Freudianas. Inversamente, quanto mais os sujeitos dão, no seu comportamento, uma imagem vaga e imprecisa/subjectivada da mulher (e.g., “(Quando estou com uma mulher, eu...) Depende da mulher.”), menos concordam com as teorias Freudianas, incluindo com os Extremos.

Os extremos freudianos surgem ainda associados a uma maior positividade no comportamento com mulheres, a um maior foco no próprio, tanto no *Total* como no na *Representação* das mulheres, e ainda a mais respostas narcísicas reportadas no *Comportamento* com mulheres. De notar que os *Extremos*, dimensão onde raramente há algum acordo, surgiram positivamente relacionados com as *Generalizações com valência* ao nível do *Comportamento*, categoria que só ocorreu em 2 sujeitos no total da amostra, um dos quais meramente como tendência. Pela raridade das duas variáveis, e pela subjectividade inerente às cotações da TRIC, é possível que esta correlação esteja enviesada.

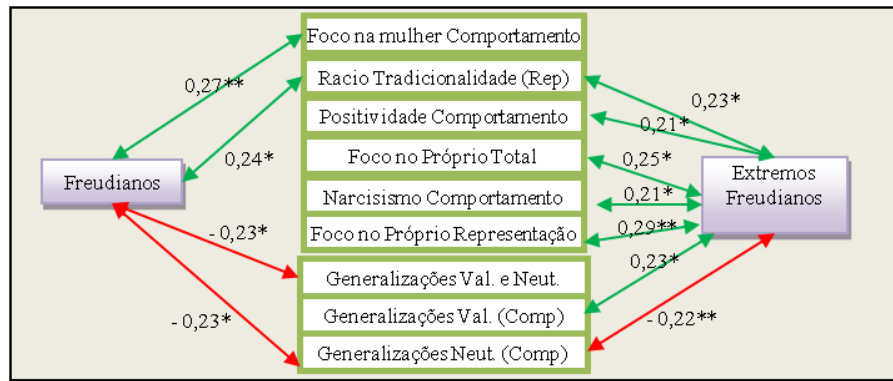


Figura 11. Correlações significativas entre dimensões da ECTPM *Freudianos* e *Extremos Freudianos* e Categorias da TRIC.

Por sua vez, quanto mais os sujeitos definem a mulher de uma forma imprecisa, menos apoiam os pressupostos das teorias da *Feminilidade Primária* e da *Identificação Materna* (Figura 11). Tal diz respeito tanto ao *Total* de generalizações/subjectivações, como nas dimensões *Comportamento* com mulheres e *Ideal* de mulher. Ocorre tanto nas *Generalizações com valência* (e.g., “(Na minha opinião, a mulher ideal é...) para qualquer coisa”) como nas *neutras*. Os sujeitos que mais evocaram comparações com os homens sem tal ser pedido concordaram mais com a teoria da *Feminilidade Primária*. Sujeitos com mais respostas focadas em si próprios e nos seus sentimentos concordaram mais com a teoria da *Identificação Materna*.

Como poderá ser constatado na Figura 11, apesar de cada uma destas dimensões se relacionar especificamente com algumas categorias da TRIC, uma medida conjunta aumenta a força de quase todas as relações encontradas, o que denota que estas dimensões estarão próximas.

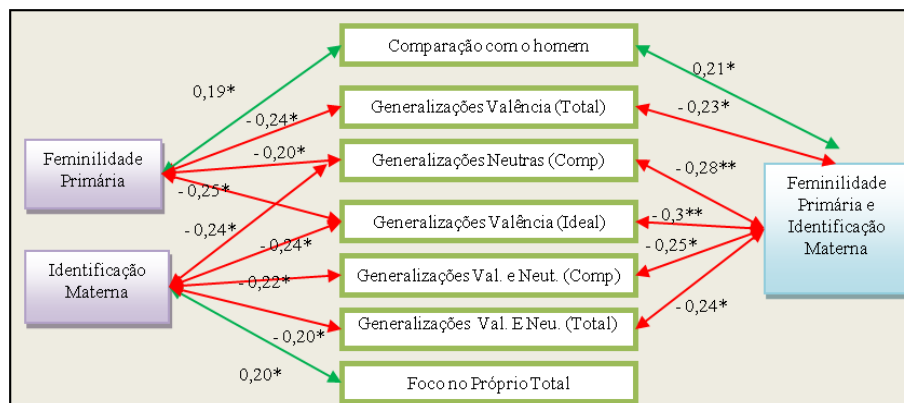


Figura 12. Correlações significativas entre dimensões da ECTPM *Feminilidade Primária* e *Identificação Materna* (e pontuação conjunta das duas) e Categorias da TRIC.

O acordo com afirmações acerca da mulher ancoradas numa visão psicopatológica surgiu associado ao mesmo tipo de categorias: positivamente às respostas focadas no próprio (*Total*, *Representação* e *Comportamento*) e narcísicas (*Comportamento*); negativamente às generalizações/subjetivações (*Figura 12*). A *Positividade* no *Comportamento* com mulheres surge associada à medida conjunta entre estas dimensões. Contrariamente ao que sucede na *Feminilidade Primária/Identificação Materna*, estas duas dimensões não se correlacionam significativamente em comum com nenhuma categoria da TRIC e a medida conjunta enfraqueceu a maioria das correlações encontradas, pelo que serão duas dimensões à partida mais afastadas conceptualmente e não se justificará a utilização de uma medida de síntese.

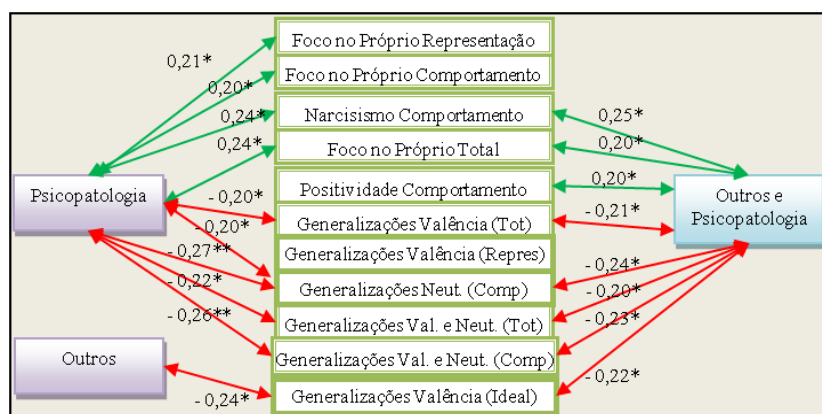


Figura 13. Correlações significativas entre dimensões da ECTPM *Psicopatologia* e *Outros* (e pontuação conjunta das duas) e Categorias da TRIC.

Interação entre variáveis. Neste ponto, é necessário ter em atenção que a amostra é demasiado pequena para se retirarem conclusões definitivas desta análise. Ou seja, a dupla divisão por grupos implica que existirão frequentemente grupos com poucos sujeitos, pelo que as médias serão, em alguns casos, demasiado idiossincráticas, prestando-se também a influências mais marcadas das pontuações de *outliers*. Serve, contudo, para compreender melhor os resultados amostrais e colocar algumas questões para futuras investigações.

Variáveis pessoais, ECTPM e TRIC. No que diz respeito às interações entre as categorias da TRIC e as variáveis pessoais (ver *Figura 13*), existe uma tendência para uma interação entre o Narcisismo Total e o Sexo do sujeito no Grau de Acordo com as Teorias Psicanalíticas, embora esta não tenha sido significativa nesta amostra ($p=0,06$, n.s.). Esta interacção é significativa quanto ao Narcisismo no Ideal de mulher ($p=0,03$). Isto significa que

homens mais narcísicos (i.e., auto-centrados) nas suas respostas tendem a concordar mais com as teorias psicanalíticas acerca da mulher, sendo que o contrário se passa com mulheres mais narcísicas nas suas respostas. Tal ocorre sobretudo quando os sujeitos são questionados quanto ao seu Ideal de mulher.

Nas respostas *Foco no Próprio*, por sua vez, parece existir alguma tendência para uma correlação positiva com o acordo com as teorias psicanalíticas mais vincada no sexo masculino do que no sexo feminino, em especial nas questões relativas à *Representação* (no *Total*, $p=0,07$, n.s.; na *Representação*, $p<0,001$). Ou seja, homens mais centrados em si mesmos e nos seus sentimentos, ao definir o que as mulheres são, concordam mais com as teorias psicanalíticas; nas mulheres o foco em si mesmas e nos seus sentimentos não se encontra tão relacionado com o acordo com estas teorias.

Foi encontrado um efeito de interação entre o *Sexo* e as *Generalizações* ($p=0,03$). Nas mulheres, só há uma diminuição do grau de acordo no nível mais elevado de generalizações, ao passo que nos homens sujeitos com um número reduzido de generalizações concordam, ainda assim, mais do que os homens sem nenhuma generalização.

Existe uma tendência para a interacção entre a *Idade* dos sujeitos (agrupada) e o *Narcisismo* ($p=0,055$, n.s.). Nos sujeitos mais jovens, parece haver um ligeiro crescimento no acordo com as teorias psicanalíticas de acordo com o grau de narcisismo, ao passo que, nos sujeitos mais velhos, a tendência é a inversa.

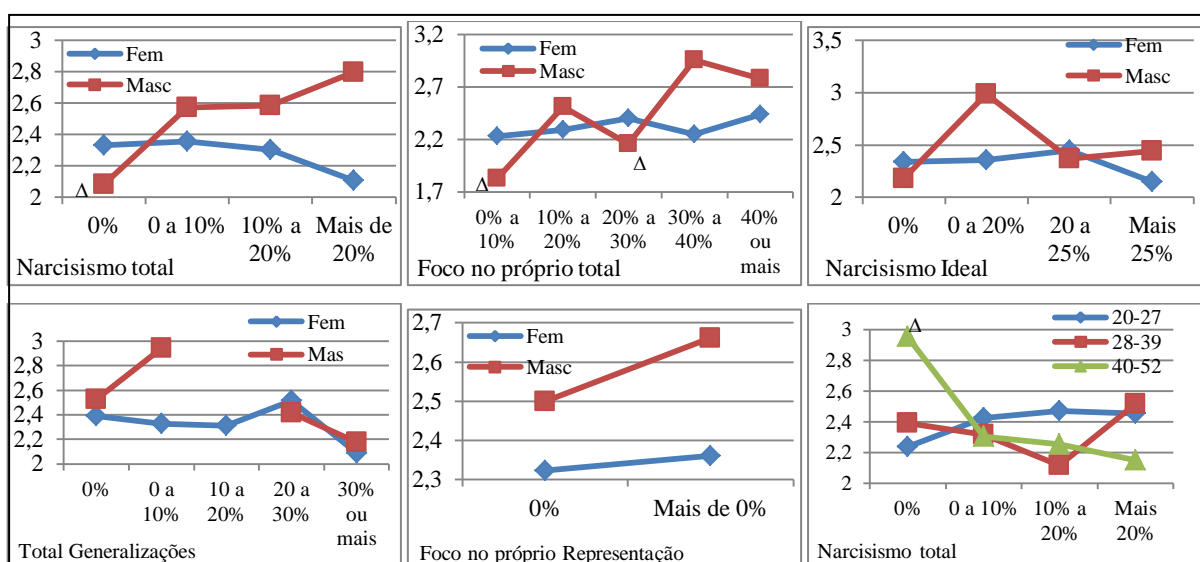


Figura 14. Interações entre variáveis pessoais e categorias da TRIC. Grau de acordo com as Teorias Psicanalíticas por Sexo e percentagem de respostas Narcísicas, de Foco no Próprio e Generalizações na TRIC. Grau de acordo com as Teorias Psicanalíticas por idade e percentagem nas respostas Narcísicas. Eixo vertical: média total na ECTPM. Δ - grupos com 1 sujeito.

Variáveis profissionais, ECTPM e TRIC. Quanto às variáveis profissionais (Figura 14), Não houve interações significativas tanto com a *Profissão* como com o *Modelo Teórico*. Contudo, existe uma tendência para a interação entre a *Profissão* e as *Generalizações (Total e Com Valência)*; $p \approx 0,07$, n.s.). Nos Estudantes de 5º ano o grau de acordo com as teorias psicanalíticas parece mais independente da quantidade de generalizações do que nos Estudantes de 4º ano e nos Psicólogos. Existe, também, uma ligeira tendência para a interação entre o *Modelo Teórico* e o *Narcisismo* ($p = 0,08$, n.s.). Nesta amostra, quanto mais auto-centrados, mais os sujeitos que seguem um modelo psicanalítico concordam com as teorias psicanalíticas acerca da mulher. Os sujeitos nos graus mais elevados de narcisismo que seguem um modelo cognitivo-comportamental e outros modelos, pelo contrário, concordam menos com as teorias psicanalíticas.

Quanto à *Área da Psicologia*, houve interações significativas com a quantidade de *Generalizações Neutras* ($p = 0,047$) e pelo total de conteúdos *Comunais* ($p = 0,03$). Os sujeitos de Organizações que dão com mais frequência respostas vagas acerca da mulher concordam mais com as teorias psicanalíticas; quando o contrário se passa tanto com os sujeitos de Clínica e de Educacional.

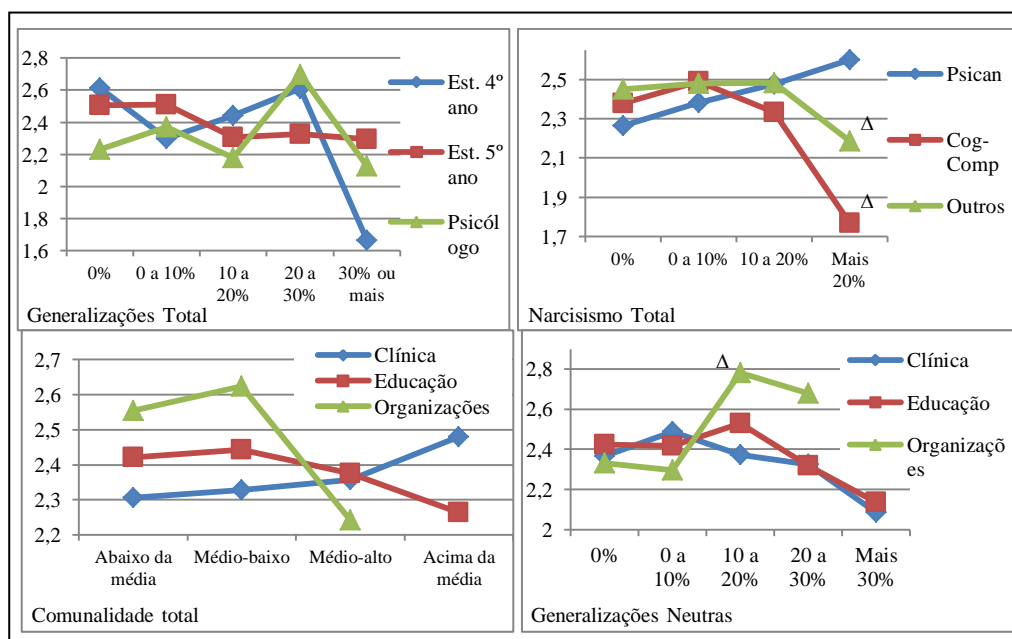


Figura 15. Interações entre variáveis profissionais e categorias da TRIC. Grau de acordo com as Teorias Psicanalíticas por Profissão e percentagem de Generalizações (superior, esquerda) na TRIC. Grau de acordo com as Teorias Psicanalíticas por Modelo Teórico e percentagem nas respostas Narcísicas (superior, direita). Grau de acordo com as Teorias Psicanalíticas por Área e pontuação standard na *Comunalidade* (inferior, esquerdo) e percentagem de *Generalizações Neutras* (inferior, direita). Eixo vertical: média total na ECTPM.

Discussão

A Representação da Mulher

Neste estudo, os dados semi-projetivos que surgiram acabaram por permitir um estudo diferente à representação da mulher, menos circunscrito às características atribuídas às mulheres e com mais ênfase nos processos psicológicos utilizados pelos sujeitos quando incitados a mobilizar as suas representações das mulheres.

Como tal, emergiram essencialmente três processos distintos. No primeiro, que dominámos ao longo do estudo Foco na Mulher, o sujeito mobiliza uma imagem ou imagens precisas das mulheres e responde de acordo com as características que considera mais salientes, constantes ou importantes. Neste processo, parece existir uma síntese das experiências do sujeito numa representação relativamente unificada das mulheres (do que são ou do que devem, idealmente, ser), pelo que corresponderá, pelo menos até certo ponto, à mobilização do(s) estereótipo(s) de mulher que o sujeito construiu, à semelhança dos processos descritos por Marquez e Páez (2006).

No segundo processo, denominado por *Generalizações/Subjectivações*, o sujeito não mobiliza uma imagem precisa das mulheres, recusando explícita ou implicitamente a atribuição de características específicas, inevitavelmente importantes ou transversais ao grupo das mulheres. Este processo acaba por suscitar respostas com ênfase na diferença individuais entre mulheres, ou seja, nos vários *sujeitos-mulheres*, ou afirmações acerca da qualidade genérica das mulheres (i.e., “um máximo!”). Nestas últimas, pode existir uma menor subjectivação e podem, adicionalmente, estar presentes outros processos, como por exemplo uma idealização das mulheres. Neste estudo, optou-se por salientar somente a inespecificidade deste tipo de respostas (i.e., quando contrastadas com respostas como “maternal”, “forte”, “bonita”, que se enquadraram no Foco na Mulher), mas alertamos que este agrupamento pode ser excessivamente linear e, como tal, impreciso.

No terceiro processo, que denominámos *Foco no Próprio*, os sujeitos encaram o objecto (a mulher, as mulheres) eminentemente a partir de si mesmo, dos seus próprios sentimentos e a partir do papel que a mulher/as mulheres têm para o próprio. Como tal, contrariamente ao que sucede nos dois primeiros processos, o centro e referência do sujeito não são o objecto-mulher, mas antes o próprio e o modo como esse objecto se posiciona perante o próprio. Este processo originou respostas acerca dos sentimentos pessoais perante mulheres, respostas referenciando mulheres da vida do sujeito, outras em que a mulher foi definida de acordo com a relação que poderia ter com o próprio (por vezes com aspectos

anaclíticos ou sexualizados). Suscitou ainda, sobretudo ao nível do ideal da mulher, respostas em que o sujeito definiu a mulher ideal explicitamente de acordo com os aspectos que vê como falhas em si mesmo (sobretudo em mulheres) e recusas a uma descentração pessoal (i.e., tanto em mulheres como em homens, recusa em pensar que mulher gostariam de ser sem ser o próprio).

Como será certamente claro pela diversidade de respostas obtidas através de um processo de auto-referenciação, o significado das mesmas pode ser muito distinto. Algumas destas respostas evidenciaram mais explicitamente um processo narcísico, que foi destacado e analisado. Contudo, por uma tentativa de rigor na cotação, só foram destacadas como narcísicas aquelas onde a auto-centração (i.e., entendida como um não ver o outro para além do eu; Zimerman, 2005) foi considerada explícita e excessiva, pelo que a frequência real destes processos pode estar subestimada – seja por estar mais implícita nos conteúdos, seja pela própria forma de expressão escrita do sujeito.

A utilização destes três processos ocorreu na maioria dos indivíduos, salvo algumas excepções. A diferença entre os indivíduos não está tanto, por esta razão, no facto de criarem ou não algum tipo de estereótipo, ou de se centrarem ou não em si próprios, mas antes no grau em que utilizam cada um destes processos.

A utilização em maior ou menor grau destes processos estará, provavelmente, ligado a aspectos da personalidade dos sujeitos e à sua forma de apreender a realidade e interagir com ela. Contudo, embora possamos ter alguns dados sobre a personalidade dos sujeitos que podem ser actantes para além do que diz respeito à representação da mulher, é necessário ter o cuidado de não extrapolar para outros contextos sem evidência empírica. Ou seja, por exemplo, podemos afirmar com alguma segurança que o foco em si mesmo e nos próprios sentimentos é determinante, em muitos sujeitos, na apreensão e representação da mulher, ou pelo menos foi neste estudo. Porém, embora possamos colocar a hipótese de que, nesses sujeitos, o foco em si próprio seja importante no seu contacto com a realidade para além da representação da mulher, não podemos afirmá-lo, visto que estes dados do sujeito foram obtidos perante um objecto específico, a mulher.

Seria necessária, por exemplo, a administração de uma prova projectiva mais inespecífica, como o desenho, o Rorschach ou mesmo o T.A.T., para perceber se uma dada característica evidenciada pela TRIC corresponde a um aspecto transversal à personalidade do sujeito ou se é só e especialmente mobilizado quando perante a representação da mulher.

O tipo de processos utilizado variou consideravelmente de acordo com o que era pedido ao sujeito, i.e., que definisse o que as mulheres são para ele, que definisse o que é o seu ideal de mulher, que descrevesse o seu comportamento/interação com mulheres.

As respostas focadas no próprio foram mais frequentes ao nível do comportamento, o que era solicitado pelas próprias questões. Até certo ponto, será normal e positivo que o sujeito esteja atendo ao que a interação com o outro desperta em si, visto que a sua subjectividade entra de um modo mais direto do que quando representa algo e mesmo quando idealiza algo. Destacamos que as auto-referências e auto-centrações foram muito pouco comuns quando solicitada uma representação mais abstrata da mulher (i.e., na *representação*), pelo que a existência deste tipo de processo nesta dimensão ganha um relevo maior, possivelmente no sentido de um narcisismo acentuado ao ponto de interferir na percepção mais abstrata da realidade (neste caso, do objecto-mulher).

Por sua vez, as respostas focadas na mulher surgiram mais frequentemente no *Ideal* do que na *Representação* da mulher, o que sugere que os sujeitos mobilizam mais o(s) estereótipo(s) construídos quando solicitados a definir o que a mulher deve ser ou o que é importante numa mulher. Contudo, tal pode não ser tão linear, pois no *Ideal* as características (que, assumimos, farão de algum modo parte do estereótipo de mulher ideal de cada sujeito) surgiram associadas também a um foco no próprio. Ou seja, foram comuns as respostas com alguma auto-crítica, por parte de mulheres, onde disseram que gostariam de ser mulheres mais fortes, mais independentes, elegantes, etc... Foram também comuns respostas em que os sujeitos estavam a referir-se de um modo explícito à mulher-amiga ou mulher-namorada ideal, portanto, a mulher perante o próprio, de acordo com as necessidades e preferências do próprio. Tal significará, porventura, que as respostas ao Ideal de mulher, ainda que mobilizando estereótipos, estarão ligadas, nas mulheres, àquilo que sentem que deveriam ser, as próprias; e, tanto em homens como em mulheres, àquilo que os próprios desejam nas mulheres importantes da sua vida (i.e., amigas, namoradas).

As *generalizações/subjectivações* ocorreram mais frequentemente na *Representação* da mulher, ou seja, na definição do que as mulheres são efectivamente para o sujeito. Poderá ser uma recusa à imagem una de mulher, a um nível mais abstrato. Contudo, se considerarmos as médias o “padrão de resposta”, vemos que muitos dos sujeitos que recusaram a imagem unificada da mulher na representação mobilizaram muito mais os estereótipos quando solicitados a definir o seu ideal de mulher. Ou seja, algumas das generalizações na representação poderão ser de certo modo defensivas, visto que os sujeitos mantêm uma ideia precisa do que as mulheres “devem ser”.

No que diz respeito à positividade da representação da mulher, é no Ideal de mulher que surgem mais respostas com uma valência positiva (e menos com neutra, ambivalente ou negativa), o que poderá significar que os sujeitos fizeram efectivamente um movimento de idealização de aspectos positivos nesta dimensão. Os sujeitos foram consideravelmente menos positivos na sua visão da mulher ao descrever a sua interação com estas do que em todas as restantes dimensões, o que poderá advir do facto do sujeito pensar de um modo menos abstrato, mais próximo da realidade. Os sujeitos evocam, possivelmente, situações mais concretas e específicas, pelo que surgem as ambivalências e respostas neutras, que não são necessariamente defendidas pelos sujeitos.

As respostas marcadamente auto-centradas/narcísicas ocorreram mais frequentemente no *Ideal* de mulher, seguidas do *Comportamento* e só por último na *Representação* das mulheres. Em primeiro lugar, sugere que o Ideal e o Comportamento suscitam uma maior implicação pessoal do que a Representação, mais abstrata. Quanto à diferença entre a prevalência de respostas narcísicas entre o ideal de mulher e a descrição das interações com mulheres, tal poderá advir, em parte, do facto das respostas narcísicas, nestas questões, serem mais dificilmente defendidas do que no Comportamento, por serem menos óbvias. Remetiam, por exemplo, a comparações entre o próprio e um ideal do eu (e.g., “(A mulher que eu gostava de ser...) Era menos pesada, mais forte, mais realizada.”) ou a afirmações relativamente explícitas de um Eu Ideal (e.g., “(A mulher que eu gostava de ser...) Já o sou, com todos os defeitos que tenho.”) e não, como no comportamento, a afirmações socialmente menos aceites (e.g., “(Quando estou com uma mulher, eu...) Sinto inveja.”).

Quanto aos conteúdos das características atribuídas às mulheres, destaca-se que a Comunalidade é mais prevalente na representação do que as mulheres efectivamente são, ao passo que a Instrumentalidade surge como mais importante no Ideal de mulher. Embora o padrão seja claramente diferente entre homens e mulheres, e aqui a amostra esteja influenciada pela larga maioria de mulheres, aponta que pelo menos as mulheres descrevem como típico das mulheres a comunalidade, ao passo que idealizam uma mulher (ou as próprias, tendo em conta o grande envolvimento pessoal e de auto-centração nesta dimensão) com características mais dominadoras do meio/instrumentais. Tal poderá ter várias influências socio-culturais, nomeadamente o facto de, em Portugal, ser particularmente valorizada a mulher trabalhadora (o que se encontra ligado a características instrumentais), concomitantemente à existência de ideias conservadoras muito vincadas quanto aos papéis de género (SIRC, 2012).

Este padrão difere entre homens e mulheres, sendo que os homens idealizam muito mais características comunais e menos instrumentais nas mulheres. Tendo em conta que a comunalidade é associada a um menor domínio cultural e socioeconómico (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003), poderá remeter a uma tentativa de manter um lugar privilegiado e de poder social, como aliás é comum em grupos dominantes (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003), numa ótica de complementaridade simples (homem instrumental/dominante, contra mulher comunal/submissa).

Poderá, também, ter a ver com o ponto de partida para as respostas de ideal, ou seja, as mulheres poderão centrar-se numa mulher ideal mais em abstrato ou a mulher que gostariam de ser, as próprias; ao passo que poderá ter existido uma tendência para os homens responderem focando a mulher que gostariam de ter como namorada/companheira. Assim sendo, estando a focar-se na esfera relacional (mulher-namorada), podem ter dado mais características que reenviam para esta mesma esfera e, também, características que lhe permitem ter um maior domínio sobre a companheira libidinal, como é referido por algumas teorias da biologia evolutiva (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003). Neste caso, revela alguma dificuldade por parte de alguns homens em descentrar-se da mulher enquanto objeto de amor erótico.

Homens e mulheres são distintos na frequência dos processos psicológicos utilizados, sobretudo ao nível da *Representação* do que a mulher efectivamente é. Na representação, os homens deram mais respostas auto-referenciadas e auto-centradas/narcísicas do que as mulheres. Como tal, é possível que exista uma maior implicação pessoal na representação da mulher por parte de homens do que em mulheres, ou seja, ainda que as questões solicitem a representação da mulher no abstrato, os homens tendem mais a ver a mulher com base no papel perante o próprio. Generalizam mais, sobretudo generalizações neutras, e têm, em parte decorrente destas afirmações vagas neutras, uma representação menos positiva da mulher. Apela, também, menos aos estereótipos do que as mulheres na *Representação*.

Este padrão parece à partida mais difícil de explicar, na medida em que alia uma recusa ao estereótipo com uma maior implicação pessoal. Uma explicação possível pode encontrar-se numa possível correspondência entre algumas das generalizações e um maior grau de defensividade dos sujeitos, tanto em homens como em mulheres, perante a representação da mulher. Ou seja, algumas respostas de *generalização* poderão corresponder a uma tentativa mais activa de não mobilizar, por razões mais emocionais, as imagens mais precisas da mulher/das mulheres.

Nos conteúdos, além das diferenças já apontadas ao nível da idealização da mulher comunal, é de referir que os homens associam significativamente mais conteúdos morais à sua representação das mulheres, ao passo que as mulheres associam mais características instrumentais à mulher em todas as dimensões. Por conseguinte, as mulheres parecem apresentar uma visão menos tradicional da mulher no que aos conteúdos diz respeito. Poderá, também, existir uma tentativa, consciente ou inconsciente, das mulheres de se auto-percepcionarem como mais dominadoras.

Os homens associam ainda muito mais conteúdos de aparência/sexuais à mulher, tanto no Ideal de mulher como na interação com estas. Tal poderá estar ligado ao facto das mulheres serem o objecto libidinal privilegiado da maior parte dos homens desta amostra, mas poderá também corresponder a alguma sexualização excessiva e redução da mulher a um valor sexual/libidinal por parte dos homens, como é referenciado em alguma literatura (Moradi & Huang, 2008). Esta objectificação relaciona-se com uma perda do sentido de ser-se pessoa e tem consequências graves para algumas mulheres (Moradi & Huang, 2008; Loughnan, Haslam, Murnane, Vaes, Reynolds & Suitner, 2010).

Quanto à idade, os sujeitos mais velhos foram mais auto-centrados quanto ao Ideal de mulher e obtiveram mais respostas centradas nos próprios sentimentos no total da TRIC. Eventualmente, poderão ser mais sensíveis a aspectos de falhas narcísicas do que sujeitos mais novos, onde haverá mais incerteza e, possivelmente, mais esperança em relação ao futuro, em termos de construção de uma vida adulta. Os sujeitos mais novos, inversamente, deram mais características específicas às mulheres, parecendo apelar mais ao(s) estereótipo(s) de mulher, tanto no total como no ideal.

Nos conteúdos associados à mulher, salienta-se que a instrumentalidade foi mais elevada na faixa etária mais velha da amostra, i.e., entre os 40 e os 52 anos, e na segunda mais nova, i.e., entre os 24 e os 27 anos; tendo sido menos prevalente nas faixas etárias entre os 28 e os 39 anos.

É possível que tal se relacione com marcos nas vidas dos sujeitos, por exemplo os sujeitos entre os 24 e os 27 anos desta amostra estarão com maior probabilidade no final do percurso académico/início da vida laboral activa, pelo que poderão colocar uma maior ênfase em atributos ligados a este contexto. Em sujeitos entre os 28 e os 39 anos, embora a questão do início da vida laboral possa, em alguns casos, manter-se, esta é também a idade mais comum em que tendencialmente as pessoas começam a constituir família em Portugal, o que redirecionará possivelmente alguns dos sujeitos para características mais ligadas a este contexto. Por sua vez, em indivíduos entre os 40 e os 52 anos, estas duas etapas da vida de

muitas pessoas já estarão, com maior probabilidade, melhor definidas. Porém, tendo em conta que esta amostra era unicamente constituída por sujeitos com algumas aspirações profissionais, é possível que sujeitos destas idades valorizem o estatuto profissional e as características pessoais instrumentais. Ademais, neste caso, todas as pessoas na faixa etária 40-52 eram mulheres, a maioria mulheres psicólogas, o que pode justificar ainda mais a valorização e ênfase nestas características. O *Racio de tradicionalidade* segue o mesmo padrão, pelo que poderá relacionar-se com os mesmos aspectos.

Estes dados da idade podem corresponder ao tipo de contexto em que os sujeitos se encontram, nomeadamente se estão centrados num contexto onde são valorizadas e incentivadas as características instrumentais ou, pelo contrário, as características comunais/expressivas (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003).

Acordo com as Teorias Psicanalíticas

No que diz respeito ao acordo com as Teorias Psicanalíticas, destaca-se que não há acordo nem desacordo claros, tendo existido grande variabilidade na aceitação dos itens entre sujeitos, muitos dos quais com formações académicas semelhantes. Contudo, existiu uma tendência ligeira à rejeição destas teorias. Como tal, sujeitos com pelo menos alguma formação em Psicologia assumem posições muito distintas quanto às várias teorias psicanalíticas acerca da mulher. Tal era expectável, na medida em que existe uma grande controvérsia entre os próprios Psicanalistas quanto a este campo do corpo teórico da Psicanálise (Maguire & Dewing, 2007). Houve, adicionalmente, uma rejeição clara de alguns dos postulados de Freud, nomeadamente o posicionamento da mulher enquanto ser castrado/impotente e o pressuposto de que as mulheres queriam ter um pénis.

Os sujeitos foram sensíveis a teorias mais coesas e integradas (i.e., teorias do desenvolvimento psicosexual) ou frases mais desagregadas e menos integradas em teorias (i.e., outros) e teorias psicopatológicas. Apoiaram mais as teorias mais coesas e rejeitaram mais as “frases soltas” e a vertente mais patologizante. Ainda assim, dentro das teorias do desenvolvimento psicosexual, rejeitaram mais a freudiana, que é a teoria que conhecem melhor, à partida. Tal revela algum sentido crítico das pessoas que responderam, na medida em que apoiaram teorias à partida mais pensadas e bem integradas e menos frases que os próprios autores não apoiaram em raciocínios teóricos mais sustentados. Contudo, coloca algumas questões quanto à insistência académica e teórica na teoria do desenvolvimento psicosexual do Freud, quando as posteriores percebidas por sujeitos com alguma formação como mais próximas da realidade.

É importante salientar que as variáveis profissionais surgiram consideravelmente menos ligadas ao acordo com as teorias psicanalíticas do que as variáveis pessoais exploradas, exceto o acordo com as teorias *Freudianas*, mais elevado em estudantes do que em Psicólogos. Como tal, neste estudo, o acordo com as teorias psicanalíticas acerca da mulher surgiu independente do modelo teórico dos sujeitos e da área da Psicologia. Contudo, foram encontradas algumas interações entre variáveis profissionais e aspectos da representação individual da mulher, o que mostra que podem existir efeitos mediadores nestas variáveis, ou seja, que em última análise as variáveis profissionais poderão ter alguma relação com as teorias psicanalíticas – embora nesta investigação esta relação não tenha ficado totalmente clara.

Os factores de ordem pessoal, por sua vez, surgiram mais relacionados com a aceitação ou rejeição destas teorias, o que dá conta de um possível maior envolvimento subjectivo dos sujeitos. Entre estes, o sexo, a idade, a orientação sexual (menos) e aspetos inerentes própria representação da mulher.

Neste sentido, é possível que os sujeitos tenham encarado as afirmações da Psicanálise num movimento entre o pensar os itens para si/por si e pensá-los de um modo mais teórico, descentrado. Mesmo na vertente mais empírica das teorias acerca das diferenças de género, existe um número de conflitos acesos, e críticas sem par noutras correntes de investigação (Poeschl, Múrias & Ribeiro, 2003), pelo que poderá existir com mais frequência um envolvimento pessoal marcado. Possivelmente, sujeitos com menos conhecimento acerca das teorias evocarão mais as suas experiências pessoais. Por exemplo, as teorias freudianas, que são as teorias que as pessoas melhor conhecem, surgem menos ligadas a fatores pessoais e a outras variáveis, podendo ser assim menos projetivas.

Pode ter havido uma reação ao teor mais explicitamente pejorativo de alguns dos itens, o que também ativa mais os sujeitos em termos emocionais. Em mulheres, em particular, pode ter causado uma reação de negação de que aquelas afirmações possam, de algum modo, dizer-lhes respeito a si mesmas. Pode também ser por esta projeção mais direta de si mesmas que as mulheres tendem a concordar menos que os homens, se concordar for afirmar que as características enunciadas lhes pertencem. Possivelmente, em alguns casos, existirá um processo ditado por defesas narcísicas, de modo a afastar o reconhecimento de “maus” atributos, vistos como absolutos (Zimmerman, 2005).

Os homens poderão concordar mais do que as mulheres com as teorias em causa por estas corresponderem, de algum modo, a aspectos tendencialmente mais determinantes no funcionamento dos homens do que propriamente no funcionamento das mulheres (como

apontado por alguns autores, o facto de muitas das teorias serem elaboradas por homens e com base no desenvolvimento dos homens, alguns aspectos que porventura serão tendencialmente mais importantes em homens são abusivamente extrapolados para mulheres). Nomeadamente, poderão corresponder a uma fantasia inconsciente de domínio masculino (Rohde-Dachser, 1992).

Contudo, embora esta explicação possa ter o seu peso, não a consideramos suficiente, até porque não houve uma diferença entre homens e mulheres na teoria mais criticada por ter sido efectuada com base no desenvolvimento do homem, a freudiana. Tal poderá ter ocorrido porque os itens mais extremos foram retirados e analisados à parte – e, efectivamente, nesses itens os homens concordaram consideravelmente mais do que as mulheres. Mas os homens concordaram mais também com o aglomerado das teorias da Feminilidade Primária e Identificação Materna, teorias elaboradas e desenvolvidas eminentemente por psicanalistas mulheres.

Como tal, é possível que os homens tenham sentido alguma valorização pessoal em afirmações mais patriarcais e que, conseqüentemente e contrariamente ao que sucedeu com mulheres, tenham concordado mais com as mesmas. Adicionalmente, pode ter existido uma tentativa, consciente ou inconsciente, de desvalorizar a mulher enquanto parceiro amoroso/libidinal. Estas hipóteses parecem apoiadas, por exemplo, pelo facto da diferença mais marcada entre homens e mulheres ter ocorrido nos *Outros*, dimensão que continha frases pejorativas para a mulher num contexto amoroso/libidinal (e.g., “Uma mulher não é feminina se escolher como objecto de amor um homem fracassado”) e outras que colocavam o homem no centro da feminilidade (e.g., “Estabelecer, literalmente, uma relação genital com um homem é a meta do feminino”). A outra dimensão onde, isoladamente, os homens obtiveram um acordo significativamente mais elevado, foi os *Extremos Freudianos*, onde três dos quatro itens tinham inerente a valorização do pénis e o quarto uma afirmação da mulher enquanto ser impotente. Ou seja, os homens parecem assumir que as mulheres estão mais centradas no órgão sexual masculino, em termos de organizador psíquico do desenvolvimento, do que as mulheres reportam.

Quanto à relação com a orientação sexual, esta não fica clara, pela reduzida percentagem de indivíduos não heterossexuais. Porém, o menor acordo dos não-heterossexuais pode ter a ver com a predominância de pessoas bissexuais neste grupo, que poderão eventualmente ter uma visão de género menos “clivada”, já que, à partida, não renunciam a um género como escolha de objeto libidinal/sexual.

Quanto à idade, as pessoas mais novas (neste caso, na casa dos 20 e alguns anos) e com menos experiência de vida, quiçá algumas com a identidade menos formada, poderão agarrar-se mais a teorias “sedutoras” como se fossem explicativas das suas vivências internas. Pessoas mais velhas poderão ser mais cétricas, ter opiniões mais sólidas e menos abertas a novas opiniões. Nos Freudianos, onde as pessoas mais novas concordam mais, realça-se que as pessoas mais novas aprenderam, tendencialmente, estas teorias há menos tempo. Poderá corresponder a uma falácia de prestígio, porque as afirmações remetem para conteúdos que os sujeitos mais novos ouviram em aulas, ditas por professores, há pouco tempo.

Nas teorias da Identificação materna, onde as pessoas mais novas concordam mais, a diferença poderá provir do ponto de partida dos sujeitos. Sujeitos de 20-25 anos terão menos probabilidade de ter experiência como pais, (ou proximidade, enquanto adultos, com experiências de parentalidade) do que sujeitos mais velhos. Deste modo, em afirmações relativas à parentalidade, partirão possivelmente mais das suas experiências de filho/a, e assim estarão mais atuantes fatores emocionais precoces, ao passo que os mais velhos terão à partida mais acesso a experiências de parentalidade na idade adulta, as quais terão componentes mais racionais (e.g., “fiz isto ou não fiz com os meus filhos?”).

Nas variáveis profissionais, os Psicólogos concordam menos com Freud, o que pode relacionar-se com o que já foi referido em relação à idade. E, além disso, Psicólogos com experiência podem eventualmente refletir mais se encontraram ou não os dados da teoria na sua prática, nos seus pacientes.

A Representação da Mulher e as Teorias Psicanalíticas

Neste ponto, destaca-se que não foram tanto os conteúdos em si, embora tenham surgido, que apareceram mais vezes relacionados com o acordo com as teorias da psicanálise acerca da mulher, mas antes o processo psicológico efectuado pelo sujeito para abordar a mulher.

Os sujeitos que evocaram tendencialmente mais uma imagem precisa de mulher, quando solicitados a descrever a sua interação com mulheres, tenderam a concordar mais com as teorias psicanalíticas. Como tal, parece que mais do que a mobilização de um estereótipo na representação abstrata ou no ideal de mulher, é a actuação deste na interação com mulheres que mais se relaciona com a partilha dos pressupostos psicanalíticos.

Os sujeitos que, pelo contrário, rejeitam mais frequentemente dar uma imagem precisa, relativizando de algum modo a ideia de Mulher como um todo, concordaram menos com as teorias psicanalíticas. Se, por um lado, a tendência do sujeito à “não universalização”

da mulher enquanto ser com características precisas, ao nível da sua representação pessoal, parece corresponder na perfeição a uma rejeição às teorias pretensamente universalizadas da Psicanálise, podem também existir factores adicionais. Como já foi referido, algumas generalizações poderão ter um carácter/valor defensivo e outras, em particular as com valência, podem ter um valor de idealização da mulher, processos estes que não foram destacados na cotação mas podem estar actuantes. Contudo, as generalizações mais fortemente relacionadas com um menor acordo com a psicanálise são as Neutras ao nível do Comportamento, as quais corresponderam na sua maioria a rejeições explícitas de dar uma única definição do que o sujeito sente e observa na sua interação com mulheres, o que, em conjunto com o que foi referido quanto ao foco na mulher no comportamento, confere alguma força à hipótese da rejeição à universalização e ao estereótipo unificado.

Por sua vez, os sujeitos que, ao construir a sua representação, se baseiam mais marcadamente eminentemente em si mesmos, no que sentes e no que as mulheres os fazem sentir tendem a concordar mais com as teorias psicanalíticas. Dentro deste processo mais auto-referenciado, quando os sujeitos vêem a mulher de um modo mais narcísico, seja como objecto de inveja, objecto tendencialmente anaclítico ou exclusivamente como objecto libidinal, tendem a concordar mais com as teorias psicanalíticas. Ou seja, o acordo com as teorias psicanalíticas acerca da mulher parece estar relacionado com uma maior implicação pessoal relativamente à representação da mulher e com uma menor apreensão do objecto-mulher enquanto separado de si próprio. Tal estará possivelmente relacionado com uma maior carga afectiva presente na própria construção da representação da mulher, marcada também por processos inconscientes e pré-simbólicos (Dimen, 1997).

Embora estejamos a entrar já num campo especulativo, é possível aspectos da Ímago materna estejam mais presentes em alguns dos sujeitos onde a representação da mulher surge carregada de aspectos narcísicos e emocionais de um modo mais extremo. De acordo com Chodorow (1989), a representação materna flutua ao longo da vida de um sujeito, oscilando entre momentos de separação e momentos de simbiose. Caso estes processos estejam presentes na representação da mulher efectuada por alguns sujeitos (numa assimilação mulher-mãe), é possível que suscitem uma apreensão mais narcísica e quiçá simbiótica das mulheres.

Pessoas narcísicas podem ter uma tendência a responder mais de acordo com si mesmas, ou seja, fazer uma projecção mais clara. Por esta razão, as mulheres mais narcísicas poderão ser particularmente sensíveis ao carácter pejorativo latente em muitos itens do que mulheres menos narcísicas (i.e., sendo incapazes de reconhecer aspetos menos positivos em si

mesmas). Homens mais narcísicos, pelo contrário, podem usar uma clivagem de género para projetar as qualidades negativas nas mulheres e afastar o mau objeto.

Tal sugere que as cisões estanques de género podem servir enquanto repositório de mecanismos narcísicos, pelo menos em alguns sujeitos. Sendo o sexo próprio idealizado, o sexo alheio poderá ser equiparado a um mau objeto. De acordo com Rohde-Dachser (1992), o homem deposita os medos e desejos que não vive num espaço imaginário que se denomina “mulher”, num espaço separado do seu mundo. Tal permite a projeção dos aspectos que foram excluídos do seu self, reassegurando-se de que não lhe pertencem pela clivagem binária entre sexos. Este tipo de processo poderá estar, de igual modo, presente nas mulheres e dependerá de características pessoais dos sujeitos, nomeadamente o narcisismo, como os resultados do presente estudo parecem indicar.

Quanto aos conteúdos associados ao acordo com as teorias psicanalíticas, mas unicamente quando os extremos são tidos em conta, destaca-se a associação entre um maior acordo e a representação da mulher enquanto ser *moral*, bem como o foco em características de aparência/sexuais da mulher no comportamento com esta. Pode haver aqui um efeito do género, na medida em que foram ambos conteúdos significativamente mais reportados por homens.

Nas teorias específicas estudadas, refere-se que, nas Freudianas, a tendência foi semelhante à ocorrida no total da escala, sendo que, todavia, se encontrou adicionalmente relacionada com o tipo de conteúdos utilizados. Pessoas mais tradicionais concordam tendencialmente mais com os postulados freudianos, pelo que neste estudo a convencionalidade de papéis de género atribuída à teoria freudiana surge, de algum modo, confirmada.

Implicações na Teoria e Prática Clínica

Os resultados da presente investigação, pela falta de consenso encontrada no acordo com as teorias psicanalíticas mais convencionais acerca da mulher e, sobretudo, por apontarem no sentido de um considerável envolvimento pessoal e da representação pessoal da mulher na maior ou menor aceitação das teorias, levantam algumas questões quanto à adequação destas teorias. Por outras palavras, até que ponto poderemos assegurar o valor científico, sobretudo se for pretensamente universal, de teorias seguidas – e talvez geradas – eminentemente em consonância com aspectos pessoais dos técnicos? Acima de tudo tendo em conta os processos específicos que se encontraram ligados à maior partilha destas teorias, nomeadamente aqueles de índole narcísica e auto-centrada, poderemos questionar-nos se

algumas destas teorias não corresponderão, até certo ponto, a enviesamentos pessoais ligados a aspectos marcadamente emocionais.

Face a isto, é necessário repensar o lugar da subjectividade do técnico (Psicólogo, Psicanalista, Psicoterapeuta) nas teorias psicológicas e na prática clínica. Por um lado, por sermos, nas ciências psicológicas, simultaneamente sujeito e objecto, esta é inultrapassável e pode ser um importante instrumento de conhecimento. Neste sentido, a subjectividade não deve ser menosprezada, mas antes aceite de um modo claro, analisada constantemente tanto a um nível individual como ao nível das várias comunidades e sociedades. Mais precisamente, não será necessariamente grave que um psicólogo ou psicanalista construa e teste uma teoria com base em aspectos subjectivamente (e emocionalmente) importantes para si. Será grave se não estiver atento à influência dos próprios factores subjectivos, se não testar empiricamente a teoria e não a contrastar com dados de outras fontes, se não a oferecer ao escrutínio e crítica de outros especialistas na área e em áreas relacionadas. Será gravíssimo se, sem estes pontos bem presentes, existir uma tentativa de universalizar a teoria, fechando-a à crítica e ao melhoramento.

Este processo acaba por ter mais espaço para ocorrer num campo como a Psicanálise. Em primeiro lugar, pelo tipo de conteúdos, complexos, simbólicos e de difícil acesso, de que trata a Psicanálise e sobre os quais assenta o seu corpo teórico. Estes, também por serem recolhidos eminentemente no contexto clínico, implicam que o clínico/teórico estará inevitavelmente num contacto privilegiado com os dados a partir dos quais teoriza. Se depois, ao publicar a teoria, não os referir o mais honesta e fidedignamente possível e colocar a ênfase unicamente nas suas conclusões/reflexões teóricas, então outros especialistas terão uma margem diminuta para criticar convenientemente as teorias ou inevitáveis erros técnicos. Terão, também, menos espaço para captar interpretações desadequadas, parte das quais poderá advir de aspectos subjectivos e contratransferenciais do clínico.

Se, a este facto importante, adicionarmos a selectividade e fechamento de algumas sociedades psicanalíticas, o sistema da tríade supervisão-terapia pessoal-formação em sociedade (que é importantíssimo e essencial, mas fomenta um certo conservadorismo) e a relutância de muitos psicanalistas e sociedades psicanalíticas em apoiar/contrastar as teorias da Psicanálise com dados empíricos e dados avançados por outras áreas do conhecimento, então temos uma conjuntura que favorece a manutenção de teorias erróneas ou desadequadas. Sobretudo se corresponderem às teorias e ideologias dominantes (Willis, 2009) e se forem avançadas por Psicanalistas conceituados (que serão tão humanos e subjectivos como qualquer outro sujeito, logo com a mesma probabilidade de incorrer em enviesamentos pessoais).

Todos estes aspectos têm implicações éticas consideráveis na prática clínica, pois a manutenção de teorias não testadas, algumas das quais inadequadas, como guias teóricos da prática terá consequências ao nível da eficácia das intervenções. Além disso, em algumas questões, como na deste estudo, poderá haver uma tendência para a adequação do sujeito à teoria e à ideologia do clínico. Neste caso, por exemplo, um Psicanalista freudiano poderia assumir que uma paciente mulher seria à partida passiva e teria um desejo de dependência e que todas as suas manifestações assertivas ou de ambição profissional corresponderiam a uma inveja do pénis. Como vimos, estes são pressupostos pouco partilhados e seriam, possivelmente (dependendo da paciente, claro está), desadequados à verdadeira problemática da paciente.

Limitações do Estudo e Valor Epistemológico

Uma das limitações mais importantes do presente estudo centra-se na amostragem por conveniência e, conseqüentemente, no facto da amostra ter sido pouco diversificada em alguns aspectos, pecando pela subrepresentatividade de alguns grupos. Nomeadamente, existe uma grande prevalência de mulheres e de indivíduos relativamente jovens, pelo que os resultados estarão enviesados pelas particularidades destes grupos. Além disso, os resultados apontados a homens e a pessoas mais velhas podem adicionalmente ter uma validade interna baixa, na medida em que estão ancorados numa amostra diminuta, em consequência, e pouco representativa destes grupos.

Em termos étnicos e culturais, há também uma prevalência evidente de indivíduos caucasianos e europeus, pelo que este estudo é marcadamente eurocêntrico e não deve ser generalizável para outras etnias, na medida em que existem dados que apontam diferentes construções e representações da mulher e do feminino de acordo com estas variáveis (e.g., Brown, 2010; Cole & Zucker, 2007). Relacionado com este ponto, a larga maioria da amostra era Portuguesa e residente numa zona urbana/suburbana, pelo que os resultados estarão certamente enviesados pelo contexto socio-cultural português (i.e., uma sociedade mais conservadora do que outras sociedades europeias, SIRC, 2012) e por eventuais especificidades da população urbana e suburbana, sendo a sua validade externa questionável nestes pontos.

Adicionalmente, a larga maioria dos sujeitos era heterossexual o que, apesar de corresponder sensivelmente à distribuição na população geral (Wilson & Rahman, 2005), limita a validade externa para pessoas homossexuais e bissexuais.

No que diz respeito às limitações dos instrumentos, é de referir que ambos foram elaborados de base para o presente estudo, pelo que a sua utilização foi de certo modo

experimental. No TRIC, em específico, realça-se o facto da análise de conteúdo e cotação ter sido efectuada somente por um investigador, não tendo sido utilizado um acordo interobservadores, o que é uma limitação de relevo neste tipo de instrumento, visto que aumenta a probabilidade de erros na cotação e deixa pelo menos as cotações mais ambíguas ao critério subjectivo do único observador.

Quanto à ECTPM, detenhamo-nos não só nas suas limitações, mas também no seu possível valor epistemológico. Instrumentos como a ECTPM parecem representar um método que se presta a “testar” empiricamente algumas teorias psicanalíticas. Embora o vocabulário utilizado seja específico e técnico e os itens sejam pequenas parcelas descontextualizadas das teorias, faltando o raciocínio e a lógica que os integra, o padrão de resposta a vários pareceu não violar grosseiramente o expectável.

Ou seja, em primeiro lugar, houve alguma consistência entre itens das mesmas teorias, o que sugere que, apesar das dificuldades de compreensão que ocasionalmente ocorreram e de faltarem os elementos de ligação entre as afirmações, os sujeitos parecem ter conseguido apreender o essencial das afirmações – ou, por outras palavras, ter compreendido o suficiente para concordarem ou discordarem de um modo coerente com as várias afirmações das diferentes teorias. Outro ponto que contribui para uma validação do construto “medido” pela ECTPM – e, conseqüentemente, a admissibilidade da utilização deste género de escalas com teorias psicanalíticas – centra-se no facto de ter-se encontrado a mesma controvérsia que existe e é apontada na literatura (e.g., Maguire & Dewing, 2007), com uma larga dispersão em muitos dos itens e uma rejeição mais evidente de algumas das mais “atacadas” afirmações freudianas.

Será aconselhável a utilização de instrumentos mais breves e mais focados unicamente numa teoria – sendo a amplitude teórica uma das limitações da ECTPM –, de modo a aumentar a consistência interna e a fidedignidade dos mesmos. Do mesmo modo, este tipo de instrumento deve ser cruzado com outros que possam conferir-lhe validade de construto. Por exemplo, neste caso, se os resultados na ECTPM reflectem de um modo válido o modo como os sujeitos se posicionam perante teorias acerca de um dado objecto, a mulher, é expectável que exista alguma relação com outros instrumentos que tratem do mesmo objecto (neste caso, e dados os objectivos do estudo, a TRIC). Se não estivessem, de todo, relacionados, colocaria em causa sua validade do construto. Como tal, se, por exemplo, se quiser testar os postulados psicanalíticos sobre a proeminência de certos processos inconscientes numa dada patologia, uma possível solução seria cruzar com instrumentos de outros modelos da psicologia que colocassem uma ênfase óbvia em processos conscientes.

Uma outra limitação da ECTPM e do presente estudo – e, possivelmente, de outros instrumentos semelhantes à ECTPM – prende-se com o facto de terem existido recusas de resposta à ECTPM por parte de sujeitos que disseram “não concordar nada” com os pressupostos psicanalíticos. Tal pode significar que este instrumento – e outros semelhantes – não será bom para captar as respostas de pessoas que discordam de um modo mais extremado. Significa, também, que pode haver um viés nesta amostra no sentido do acordo, o que se apresenta como uma limitação do presente estudo.

Conclusões e Recomendações

Perante as limitações do presente estudo, recomenda-se que futuras investigações utilizem amostras maiores e mais diversificadas, de modo a conhecer melhor as características dos grupos menos presentes nesta amostra (sobretudo homens e pessoas mais velhas), bem como para explorar melhor as interações entre variáveis. Um dos aspectos a melhorar é o esquema de cotação da TRIC, nomeadamente uma exploração das possíveis particularidades de diferentes respostas por nós cotadas como *Generalizações/Subjectivações*. Seria importante, também, que futuramente se reduzissem os enviesamentos da cotação através de um acordo interobservadores.

Em termos de estudos que podem trazer algum seguimento às conclusões e questões levantadas pela presente investigação, destaca-se que seria interessante averiguar, em primeiro lugar, se o mesmo tipo de processos estão presentes na construção da representação do homem e se seguem padrões semelhantes ao que aqui se encontrou com a da mulher. Paralelamente, seria possivelmente de relevo cruzar esses dados com o grau de aceitação de teorias acerca do homem, nomeadamente as Psicanalíticas, visto que a teorização acerca do género surgiu, neste estudo, muito relacionada com factores pessoais. As teorias acerca do homem serão, talvez, menos pejorativas, mas algumas serão quiçá idealizadas (o homem sempre ativo, o homem dominante, racional, etc...) e, além disso, tanto como na mulher veiculam imagens universalizadas do que é ser homem, pelo que poderão prestar-se também à influência do mesmo tipo de factores que as teorias acerca da mulher.

De modo a compreender melhor quais os processos inerentes às respostas de mulheres e homens, seria interessante explorar se o ponto central nas diferenças entre estes encontradas é o ser/não ser mulher (identidade de género) ou o ter experiências amorosas/não ter com mulheres (objeto de amor), ou seja, ter uma amostra não heterossexual (de ambos os sexos) mais significativa. Alguns dos pressupostos psicanalíticos parecem uma idealização da companheira perfeita e seria possivelmente de valor constatar se em mulheres homossexuais

isto acontece como nos homens heterossexuais, e também qual o padrão seguido pelos homens homossexuais.

Em termos de implicações clínicas, e de modo a ter uma ideia mais precisa do impacto prático das variáveis pessoais no trabalho clínico, poderia ser vantajoso administrar a TRIC a Psicólogos e Psicoterapeutas e recolher e analisar excertos de sessões com mulheres. Daria uma perspetiva mais “in loco” do modo como a representação da mulher interage com o trabalho clínico.

Por último, e a um nível mais epistemológico, seria positivo que se fizessem mais estudos com instrumentos/delineamentos semelhantes acerca de outro tipo de teorias psicanalíticas, para aferir de um modo mais conclusivo se é um método que se presta a ser usado como “teste” das mesmas.

Referências

- Aebi, M. F., & Delgrande, N. (2011). *Council of Europe annual penal statistics: Space I, survey 2009*. Acedido a 6 de Junho de 2012 através de <http://www.coe.int/t/dghl/standardsetting/cdpc/bureau%20documents/PC-CP%282011%293%20E%20-%20SPACE%20I%202009.pdf>.
- Afonso, J. A. (2007). Masculino e feminino: alguns aspetos da perspectiva psicanalítica. *Análise psicológica*, 3(XXV), 331-342.
- Aisemberg, E. R. (2002). Reflexões acerca da teoria clínica das e sobre as mulheres. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 107-112).
- Alizade, A. M. (2002). Algumas considerações para demarcar o estudo dos sexos e dos géneros. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 59-66).
- Amâncio, L. (2006). Identidade social e relações intergrupais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (7ª ed.) (pp. 387-410). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Aslan, C. M. (2002). A feminilidade primária. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 91-98).
- Attwood, F. (2007). Sluts and riot grrrls: female identity and sexual agency. *Journal of Gender Studies*, 16(3), 233–247.
- Australian Institute of Criminology (2009). *Age and gender of prisoners*. Acedido a 6 de Junho de 2012 através de http://www.aic.gov.au/statistics/criminaljustice/age_gender.aspx.
- Bak, R. C. (1968). The phallic woman: the ubiquitous fantasies in perversion. *Psychoanalytical study of the child*, 23.
- Balsam, R. (2001). Integrating male and female elements in a woman's gender identity. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 49(4).
- Bardin, L. (2004). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). Lisboa: Edições 70.
- Bateman, A., & Holmes, J. (1998). *Introdução à psicanálise: teoria e prática contemporâneas*. Lisboa: Climepsi.

- Bem, S. L. (1974). The measurement of psychological androgyny. *Journal of consulting and clinical psychology*, 42 (2), 155-162.
- Brace, N., Kemp, R., & Snelger, R. (2006). *Spss for psychologists: a guide to data analysis using spss for windows (versions 12 and 13)* (3rd Ed.). Gordonsville: Palgrave.
- Breedlove, S. M., Rosenzweig, M. R., & Watson, N. W. (2007). *Biological Psychology: an introduction to behavioral, cognitive and clinical neuroscience* (5th Ed). Sunderland: Sinauer.
- Brenner, C. (1980). *Elementary textbook of psychoanalysis*. Nova Iorque: Int Univ Press.
- Brown, M. (2010). The sad, the mad and the bad: co-existing discourses of girlhood. *Child youth care forum*.
- Chodorow, N. J. (1989). *Feminism and Psychoanalytic Theory*. New Haven and London: Yale University Press.
- Chodorow, N. J. (2004). Psychoanalysis and women: a personal thirty-five-year retrospect. *Ann. Psychoanal.*, 32, 101-129.
- Cole, E. R., & Zucker, A. N. (2007). Black and white women's perspectives on femininity. *Cultural diversity and ethnic minority psychology*, 13(1), 1-9.
- Dimen, M. (1997). The engagement between psychoanalysis and feminism: A report from the front. *Contemporary Psychoanalysis*, 33 (4), 527-548.
- Duby, G, & Perrot, M. (Eds.). (1991). *História das Mulheres*. (Vols. 2-4). Porto: Afrontamento.
- Echabe, A. E. (2010). Role identities versus social identities: masculinity, femininity, instrumentality and communality. *Asian journal of social Psychology*, 13, 30-43.
- Elise, D. (1997). Primary femininity, bisexuality, and the female ego ideal: a re-examination of female developmental theory. *Psychoanal Quarterly*, 66, 489-517.
- Ericsson, K., & Jon, N. (2006). Gendered social control: “a virtuous girl” and a “proper boy”. *Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention*, 7, 126–141.
- Faculdade de Psicologia, Universidade de Lisboa. (2011). *Mestrado integrado em Psicologia: plano de estudos*. Acedido a 16 de Dezembro de 2011 através de http://www2.fp.ul.pt/cursosmodule/plano_estudos/id/1/.

- Farias, A. M. (2005). *Da costela de Adão: o recalque e a negatização do feminino em nossa cultura e na psicanálise*. Tese de mestrado em Psicologia clínica. São Paulo: Universidade Católica.
- Fernández, J., Quiroga, M. Á., Olmo, I., & Rodríguez, A. (2007). Escalas de masculinidad y feminidad: estado actual de la cuestión. *Psicothema*, *19*(3), 357-365.
- Fiorini, L. G. (2002). O enigma da diferença. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 99-106).
- Flax, J. (2002). Resisting woman: on feminine difference in the work of Horney, Thompson and Moulton. *Contemporary Psychoanalysis*, *38*(2).
- Fritsch, E., Ellman, P., Basseches, H., Elmendorf, S., Goodman, N., Helm, F., & Rockwell, S. (2001). The riddle of femininity. *International Journal of Psychoanalysis*, *82*, 1171-1183.
- Gerhardt, S. (2004). *Why love matters: how affection shapes a baby's brain*. Nova Iorque: Routledge.
- Hines, M. (2005). *Brain gender*. Oxford: Oxford University Press.
- Hoffman, R., Hattie, J., & Borders, L. D. (2005). Personal definitions of masculinity and femininity as a part of gender self-concept. *Journal of humanistic counseling, education and development*, *44*, 66-83.
- Hopcroft, R. L. (2009). Gender inequality in interaction: an evolutionary account. *Social Forces*, *87*(4), 1845-1872.
- Hyde, J. S. (2005). The gender similarities hypothesis. *American Psychologist*, *60*(6), 581-592.
- Imperato-McGinley, J., Peterson, R. E., Gautier, T., & Sturla, E. (1979). Androgens and the evolution of male-gender identity among male pseudohermaphrodites with 5 α -reductase deficiency. *The New England journal of medicine*, *300*(22), 1233-1237.
- Kulish, N. (2000). Primary Femininity: Clinical Advances and Theoretical Ambiguities. *J. Amer. Psychoanal. Association*, *48*, 1355-1379.
- Laplanche, J., & Pontalis, J.-B. (1990). *Vocabulário de psicanálise* (7ª Ed.). Lisboa: Presença.
- Larson, S. (2011). Intersexuality and Gender Verification Tests: The Need to Assure Human Rights and Privacy. *Pace Int'l L. Rev.*, *215*.

- Loughnan, S., Haslam, N., Murnane, T., Vaes, J., Reynolds, C., & Suitner, C. (2010). Objectifications leads to depersonalization: The denial of mind and moral concern to objectified others. *European Journal of Social Psychology*, 40, 709-717.
- Maguire, M., & Dewing, H. (2007). New psychoanalytic theories of female and male femininity: the oedipus complex, language and gender embodiment. *British journal of psychotherapy*, 23, 531-545.
- Marques, J., & Paéz, D. (2006). Processos cognitivos e estereótipos sociais. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (7ª ed.) (pp. 333-386). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Millonchik, C. (2002). Cem anos de solidão. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 67-79).
- Mitchell, J. (2000). *Psychoanalysis and feminism: a radical reassessment of Freudian psychoanalysis*. Nova Iorque: Basic Books.
- Moradi, B., & Huang, Y. (2008). Objectification theory and psychology of women: A decade of advances and future directions. *Psychology of Women Quarterly*, 32, 377-398.
- Mota-Ribeiro, S. (2003). Corpos visuais: imagens do feminino na publicidade. In A. Macedo & O. Grossegeisse (Eds.), *Re-presentações do corpo*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos da Universidade do Minho (pp. 115-132).
- Paetcher, C. (2006). Masculine femininities/feminine masculinities: power, identities and gender. *Gender and education*, 18 (3), 253-263.
- Paschero, L. M. (2002). Contribuições acerca do superego feminino. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 81-90).
- Perista, H. (2010). Mulheres, homens e usos do tempo: 15 anos após a Plataforma de Acção de Pequim, onde estamos, em Portugal? *Revista de estudos demográficos*, 47, 47-63.
- Person, E. S. (1983). The influence of values in psychoanalysis: the case of female psychology. *Psychoanalytic Inquiry*, 3(4).
- Poeschl, G., Múrias, C., & Ribeiro, R. (2003). As diferenças entre sexos: Mito ou realidade?. *Análise Psicológica*, 2 (XXI), 213-228.

- Poeschl, G., Silva, A., & Clémence, A. (2004). Representações da masculinidade e da feminilidade e retratos de homens e mulheres na literatura portuguesa. *Psicologia*, 28(1), 31-46.
- Rascovsky, A. (2002). A função do pai na estruturação da sexualidade feminina. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 113-120).
- Rohde-Dachser, C. (1992). So we need a feminist psychoanalysis?. *Psychoanalysis & Contemporary Thought*, 15(2).
- Rêgo, M. C. (2010). Nos 15 anos da plataforma de Pequim: artigo segundo. *Revista de estudos demográficos*, 47, 21-46.
- Robson, C. (2002). *Real world research* (2nd ed.). Oxford: Blackwell.
- Seidenberg, R. (1991a). Psychoanalysis and femininity, part I. *Psychoanalytic Psychology*, 8(1).
- Seidenberg, R. (1991b). Psychoanalysis and femininity, part III. *Psychoanalytic Psychology*, 8(1).
- Shapiro, S. A. (2002). The history of feminism and interpersonal psychoanalysis. *Contemporary psychoanalysis*, 38(2).
- The Social Issues Research Centre (2012). *The changing face of motherhood in western Europe: Portugal*. Oxford: The Social Issues Research Centre.
- Tubert, R. (2002). Identidade feminina e trauma transgeracional. In A. M. Alizade (Org.), *Cenários femininos: diálogos e controvérsias*. Rio de Janeiro: Imago (pp. 131-150).
- Turchetti, P., & Géré, E. (2010). Education in Europe : key statistics in 2008. *Eurostat: data in focus*, 37.
- Twenge, J. M. (1997). Changes in masculine and feminine traits over time: a meta-analysis. *Sex Roles*, 36(5/6), 305-325.
- Tyson, P. (1997). Sexuality, femininity and contemporary psychoanalysis. *Int. J. Psycho-Anal.* 78, 385-389.

- Vala, J. (2006). Representações sociais e psicologia social do conhecimento. In J. Vala & M. B. Monteiro (Eds.), *Psicologia Social* (7ª ed.) (pp. 457-502). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Willis, J. (2009). The psychoanalytic production of pathology: a commentary on the re-signification of sexism in "the fabric of internalized sexism. *Journal of Integrated Social Sciences*, 1(1), 48-56.
- Wilson, G., & Rahman, Q. (2005). *Born Gay: the psychobiology of sex orientation*. Londres: Peter Owen Publishers.
- Wisniewski, A. B., Migeon, C. J., Meyer-Bahlburg, H. F., Gearhart, J. P., Berkovitz, G. D., Brown, T. R., & Money, J. (2000). Complete androgen insensitivity syndrome: long-term medical, surgical and psychosexual outcome. *The journal of clinical endocrinology and metabolism*, 85(8), 2664-2669.
- Zimerman, D. (1999). *Fundamentos psicanalíticos: teoria, técnica e clínica: uma abordagem didática*. Porto Alegre: Artmed.